

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia – CECAPS

Gisele Lúcid Domingos Pereira

ME LIGUEI, E DAÍ?
Uma avaliação do Programa Se Liga sob o ponto de vista dos jovens participantes.

Belo Horizonte
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia – CECAPS

Gisele Lúcid Domingos Pereira

ME LIGUEI, E DAÍ?
Uma avaliação do Programa Se Liga sob o ponto de vista dos jovens participantes.

Monografia apresentada ao Curso Especialização em
Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais
em Áreas Urbanas do Centro de Pesquisa e
Capacitação de Programas Sociais da Universidade
Federal de Minas Gerais como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista.

Orientador: Vinícius Assis Couto

Belo Horizonte
2013

Gisele Lúcid Domingos Pereira

ME LIGUEI, E DAÍ?

Uma avaliação do Programa Se Liga sob o ponto de vista dos jovens participantes.

Monografia apresentada ao Curso Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas do Centro de Pesquisa e Capacitação de Programas Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Vinícius Assis Couto (Orientador)

Belo Horizonte, 25 de Fevereiro de 2013.

*Aos meus pais, que me mostraram o caminho dos estudos,
Ao Túlho, meu irmão, com seus olhos cheios de admiração,
Ao Henrique, pela paciência, compreensão, amor e força,
E aos meus amigos, que estão sempre ao meu lado, haja o que houver.*

*“Tu és responsável por tudo aquilo que cativas”
(SAINT- EXUPÉRY, 1943)*

RESUMO

Este trabalho pretendeu estudar o Programa Se Liga, realizando uma avaliação deste, através do ponto de vista dos jovens participantes do Se Liga Belo Horizonte e Região Metropolitana de BH. Seu objetivo foi investigar e expor a forma como o público alvo do programa avalia as ações a que se propõe: como conheceram o Se Liga, os primeiros contatos, as atividades desenvolvidas, a utilização de seus eixos de atuação, e levantamento de pontos positivos e negativos. Para isto foram realizadas entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados. Os resultados mostraram que o programa alcança grande parte de seus objetivos, segundo relato dos jovens, e oportuniza a estes novas escolhas, distantes da criminalidade.

Palavras-chave: adolescentes egressos do sistema socioeducativo, juventude, política pública, ato infracional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DO “DE MENOR” ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS COM ÊNFASE NA JUVENTUDE	10
2.1 “De Menor” – Construções a respeito da infância brasileira pobre	11
2.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – o reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direito	15
2.3 Delinquência juvenil	17
2.4 As Medida Socioeducativas de Restrição e Privação de liberdade – Semiliberdade e Internação	22
2.5 Uma breve análise sobre políticas públicas para a juventude	25
3. O PROGRAMA <i>SE LIGA</i>	29
4. METODOLOGIA	34
5. ANÁLISE DOS DADOS	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS	54

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho propôs um estudo do Programa Se Liga que é desenvolvido pela Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais em parceria com a ONG Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI – MG). O Se Liga tem como foco acompanhamento ao adolescente desligado das medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade em Minas Gerais.

O trabalho teve como objetivo investigar, entender e expor a forma como o público alvo do programa avalia as ações a que se propõe, indicando ainda fatores que os motivaram a realizar a inclusão voluntária e permanência no programa. Perguntou-se, para isto, como os jovens participantes do Se Liga avaliam o programa e suas ações? O Programa em questão tem sedes espalhadas por todo o estado de Minas Gerais. Para obter respostas a indagação acima, as informações foram colhidas diretamente de jovens acompanhados pelo Programa Se Liga da regional Central Mineira, composta pelas cidades de Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas e Divinópolis, fazendo um recorte com os adolescentes que residem em Belo Horizonte e Região Metropolitana (RMBH) mais especificamente.

Para pensarmos sobre o programa Se Liga foi necessário resgatarmos alguns referenciais teóricos, que pudessem servir como ponto de partida para as análises subsequentes. Iniciamos então pela perspectiva da adolescência que é considerada em diversas culturas como importante momento de domínio das regras e dos valores da vida social, de ganho de autonomia, de maturação física e psíquica e de gradativa incorporação de papéis sociais do mundo adulto. De acordo com o Ministério da Saúde (2005), independentemente das diversas nuances e singularidades transculturais e históricas que possam existir nessa etapa da vida, pode-se considerar que, atualmente, a adolescência é uma fase extremamente especial do desenvolvimento humano. Nesse período, o adolescente vai construindo uma imagem de si e várias competências cognitivas e socioculturais rumo à inserção nas relações da sociabilidade adulta. É ainda nessa etapa da vida que a maior parte dos indivíduos inicia a prática de atos infracionais, por motivações diversas.

Outro ponto interessante no que se refere ao envolvimento criminal e a juventude é a criminalização que esta faixa etária e de desenvolvimento sofre. O tratamento destinado a parte da população com características específicas, em especial, de raça e de gênero, incide diretamente na determinação de quem são os sujeitos acautelados nos sistemas socioeducativos de semiliberdade e internação ao longo do tempo. Assim, “foi sendo criada e naturalizada uma nova classe perigosa para a sociedade como a responsável pela violência e

insegurança generalizadas” (SPÓSITO, 1994, p.164). Esse olhar sobre a “classe perigosa” impede perceber que um fenômeno só aparece dentro de uma história e de uma sociedade que o produzem. Ainda sobre a realidade desses jovens pode-se dizer que “marginais pela sua condição, geograficamente definidos antes mesmo de nascer, reprovados de imediatos, eles são os excluídos por excelência” (FORRESTER, 1997, p. 57-58).

Uma discussão sobre ato infracional juvenil diz respeito a processos diversos, entre eles, os processos históricos, sociais, econômicos e políticos, que são abrangentes, não se restringindo apenas aos jovens. Pensar estratégias para enfrentar esta realidade tem como consequência estratégias outras, que culminarão em novas condições de vida para todos.

Para Fernanda Bocco (2009, p.74) o ato infracional juvenil deve ser abordado como

um fenômeno histórico-social produzido a partir de um conjunto de fatores que operam em determinado lugar e momento, fazendo emergir uma manifestação social em vez de outra (...) não diz respeito apenas a um jovem em particular, mas da forma de funcionar a sociedade de modo geral e da sociedade brasileira em especial. O ato infracional não é uma ação independente de um indivíduo privado, mas um efeito dos múltiplos elementos que o atravessam (BOCCO, 2009, p.74).

Nesse contexto da prática do ato infracional o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê, em seu Art.112, a aplicação das medidas socioeducativas que podem ser: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; internação em estabelecimento educacional. No ECA está previsto ainda, no Art. 94, inciso XVIII, que toda entidade que desenvolve programa de internação deve manter ações destinadas ao apoio e acompanhamento de egressos. Atentando à noção de adolescente como sujeito de direitos é imprescindível que todas as políticas públicas voltadas a estes levem em consideração a garantia de direitos, em co-responsabilidade com a sociedade e a família.

A fim de dar continuidade às ações individuais iniciadas dentro das Unidades e contribuir para construção de novos projetos pelo adolescente, o Programa Se Liga pretende trabalhar priorizando o fortalecimento dos vínculos comunitários, incentivando a utilização dos equipamentos públicos disponíveis na rede de atendimento. Conforme divulgado no Boletim SUASE (2009) tem como principais eixos: profissionalização, educação, família, trabalho e renda, saúde e lazer. Visando colaborar para o empoderamento do adolescente e ocasionando na diminuição da reincidência de seus participantes em atos infracionais, oportuniza a esses que descubram novos espaços da cidade onde possam se enlaçar por uma

via diferente a da criminalidade. Enfrenta, junto de seus participantes, os cenários de exclusão e segregação impostos a juventude na luta pela garantia de direitos.

O acompanhamento pode se estender ainda à referência familiar significativa sempre que indicada pelos participantes. Este Programa é mais uma ferramenta proposta para que adolescentes e jovens possam construir sua autonomia, não se tratando de mais uma medida socioeducativa.

Tratando-se de uma ferramenta, entender como os participantes avaliam as ações realizadas pelo Programa Se Liga poderá fornecer indicativos importantes que incidirão, posteriormente em atendimento ainda mais qualificado ao público alvo. Assim o Se Liga pode ser pensado como ocupante legítimo do lugar ao qual se destina, fazendo deste uma ferramenta prática e efetiva. Pensar estas questões favorecerá também que o Programa Se Liga se fortaleça enquanto uma política pública de Estado com gestão eficiente de recursos a este destinados e, por conseguinte, obtendo maior aproveitamento por parte do público alvo, destes recursos.

2. DO “DE MENOR” ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS COM ÊNFASE NA JUVENTUDE

“Esse bando que vive da rapina se compõe (...) de um número superior a 100 crianças das mais diversas idades, indo desde os oito anos aos 16 anos. Crianças, que naturalmente, devido ao desprezo dado à sua educação por pais pouco servidos de sentimentos cristãos, se entregam no verdor dos anos a uma vida criminosa. São chamados de ‘Capitães da Areia’ porque o cais é o seu quartel-general (...). O que se faz necessário é uma urgente providência da polícia e do Juizado de Menores no sentido da extinção desse bando e para que recolham esses precoces criminosos, que já não deixam a cidade dormir em paz o seu sono tão merecido, aos institutos de reforma de crianças ou às prisões” (AMADO, 1961: I)

Para tratar do assunto a que este trabalho se propõe, faz-se interessante o levantamento de pontos da história para entendermos sobre o lugar dos adolescentes e jovens em nossa sociedade, os cenários nos quais atuam e as consequências destes aspectos. Assim, como cita Adorno (1993) “desde o clássico estudo de Ariès (1973), sabe-se que a infância e a adolescência constituem construções sociais e históricas. Segundo esse historiador, infância e adolescência inexistiam durante a Idade Média (conquanto essa tese venha sendo contestada por recentes estudos históricos)”.

A compreensão da representação da adolescência como uma etapa intermediária entre a infância e a vida adulta é fenômeno contemporâneo à emergência e à consolidação da sociedade moderna. Emancipado e concebido como etapa preparatória da vida adulta, Adorno

(1993), citando outros autores, explica que “o corpo adolescente é então esquadrihado por uma série de discursos – médicos, psicológicos, sociológicos, religiosos, pedagógicos, jurídicos e policiais –, que percorrem suas dimensões físicas, psíquicas, sexuais e morais, buscando definir uma identidade própria (Foucault, 1975 e 1979; Levi e Schmitt, 1994)”.

2.1. “DE MENOR” – CONSTRUÇÕES A RESPEITO DA INFÂNCIA BRASILEIRA POBRE

*“Sem escola, educação, cultura, informação e lazer,
O que ele vai ser quando crescer, um marginal?
Se for vai abordar você e as tias no sinal.”
(Meninos de Rua – Racionais Mc’s)*

Quando indagamos sobre a construção histórica da infância no Brasil, pesquisadores nos remetem ao início da República, em especial, a virada do século XIX para o XX. A situação de empobrecimento da sociedade, agravado frente o fim da escravidão e a ausência de quaisquer políticas públicas de inserção social e trabalho para esta nova classe social, constituída por aqueles que acabavam de deixar a condição de escravos, contribuíram com o grande número de pessoas que buscavam o sustento pelas ruas, obtendo a subsistência através da mendicância, dos subempregos e da criminalidade. Em meio a estas pessoas, crianças famintas e carentes. Assim ilustra Alvim e Valladares (1986), quando contam da tomada de consciência de alguns intelectuais da época, a respeito da infância pobre no Brasil, citando para isto Sevcenko (1983)

Grande parte da população estava reduzida à situação de vadios compulsórios, revezando-se nas únicas práticas alternativas que lhes restavam: o subemprego, a mendicância, a criminalidade, os expedientes eventuais e incertos. Isso quando a penúria e o desespero não os arrastavam ao delírio alcoólico, à loucura ou ao suicídio (Sevcenko, 1983: 59). No bojo desse quadro social está presente a infância abandonada, cuja situação de miséria e risco é tema de indignação geral, preocupando desde cronistas e jornalistas até médicos, políticos e juristas (ALVIM; VALLADARES, 1986, p.4).

Nesse cenário, as crianças e adolescentes pobres da época, são alvos de várias opiniões, muitas desencontradas, que por ora culpam estes sujeitos por sua condição, por ora culpam as ruas e praças como espaços de socialização indevidos e por fim, culpam as famílias, como se a situação de pobreza e conseqüentemente de mendicância, vadiagem e criminalidade, fosse hereditária. Inicia-se então um processo de visibilidade às questões da infância pobre, ainda que sob a ótica do preconceito e da incompreensão, podendo-se destacar

o nome de um ator importante desta época, o médico Arthur Moncorvo Filho, que iniciou e deu continuidade a este processo.

Assim, em 1927, foi criado o primeiro Código de Menores (Decreto n. 17.943-A) também conhecido como Código Mello Mattos, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal brasileiro, cujo objetivo era “consolidar as leis de assistência e proteção a menores” (ALVIM; VALLADARES, 1986, p.6). A partir de então a palavra “menor” toma notoriedade por todos os cidadãos, tornando-se, como cita as autoras, “uma categoria classificatória da infância pobre”. O Código de Menores favorecem para que sejam distintos dois tipos de “menores”, podendo ser estes “menores abandonados” e “menores delinquentes” como que reconhecendo “duas variantes possíveis no universo da pobreza. Visto no seu todo, o Código expressa a necessidade de leis particulares para os filhos das camadas populares, a serem protegidos e ‘julgados’ por um Direito e uma Justiça específicos” (ALVIM; VALLADARES, 1986, p.6). A atuação do Juízo representava preocupações em duas frentes: de um lado, proteger a mão de obra infantil largamente utilizada na época pelas fábricas; de outro, combater o mal-estar social provocado pela mendicância e criminalidade, isolando em instituições especializadas os menores abandonados e delinquentes. Dessa forma, “criminalizadas deixam a condição de crianças para se inscreverem na ordem social como menor. Abandonam sua condição de sujeitos da história para se transfigurarem em objeto da história dos outros, dos homens de bem, da sociedade educada, das instituições de controle” (ADORNO, 1993, p.185).

A situação de abandono e delinquência, referindo-se a infância pobre brasileira, toma dimensões nacionais, influenciando a obra literária “Capitães da Areia” de Jorge Amado (epígrafe supracitada), que não só faz um retrato dos sujeitos que compunham esse cenário, suas vivências e desafios, como também evidencia um problema social da época, o que, em pleno Estado Novo, culminou na queima, em praça pública, da primeira edição de sua obra, em 1937. Acontece que a obra de Jorge Amado vislumbrou a rua como cenário de socialização política, podendo levar à contestação do sistema vigente, o que deixava as crianças criadas soltas pelas ruas ainda mais perigosas, segundo análise de Alvim e Valladares (1986).

Em 1940 é fundando então o SAM – Serviço de Assistência ao Menor – vinculado ao ministério da Justiça, indicando a preocupação com a prevenção e o combate à criminalidade juvenil. Assim, como sugere as autoras,

Por trás da ideia do SAM estão presentes representações amplamente aceitas e discutidas: a imagem da criança pobre enquanto abandonada física e moralmente, uma concepção da infância enquanto uma idade que exige cuidados e proteção específicos; as grandes cidades como *locus* da vadiagem, criminalidade e mendicância; os espaços públicos (ruas, praças etc.) como espaços de socialização da marginalidade. Por fim, a ideia de que cabe a instituições especializadas a “recuperação” e a formação de uma infância “moralizada”. Recuperando a “infância desvalida”, o Estado contribuiria para a formação de indivíduos úteis à sociedade, futuros bons trabalhadores (ALVIM; VALLADARES, 1986, p.8).

Advindo desse período histórico brasileiro, outras políticas públicas começam a ser desenvolvidas principalmente nos eixos de educação, profissionalização e trabalho, deixando claro que a questão do menor passa a ser uma preocupação de âmbito nacional. É nesse período que começa a se configurar o hoje conhecido como “Sistema S” – SENAI, SESC, SESI e SENAC – com o objetivo de qualificar a mão de obra infanto-juvenil das fábricas. Contudo, o formato do trabalho realizado no SAM somado ao cenário de crescimento populacional brasileiro, e da manutenção das desigualdades sociais cada vez mais díspares, contribuíram para a falência da proposta do serviço, incidindo no modelo subsequente: a FUNABEM.

Na década de 1960, o Estado se propõe a intervir com novo formato na questão do menor. Dentro de uma perspectiva que visasse a modernização do modelo, é criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e a nível estadual e executor, as FEBEMs (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor). Estas fundações foram idealizadas para substituir o SAM

(...) teria como objetivo imediato “sanear” a atuação até então desenvolvida pelo governo. Era como que o reconhecimento oficial da falência da ação das agências governamentais: destinado a tirar as crianças da rua, o SAM as havia internado para ressocializá-las na marginalidade, “formando” vários dos bandidos da época (ALVIM; VALLADARES, 1986, p.9).

A FUNABEM se baseava “numa nova concepção de reeducação do menor, não pautada exclusivamente na internação, mas no apoio à família e à comunidade” (Passetti, 1982, p.268). Contudo, a FUNABEM e as FEBEMs se propunham a atingir objetivos muito grandes. Segundo a análise de Oliveira e Assis (1999) destacam-se “pesquisar métodos, testar soluções, estudar técnicas que conduzissem à elaboração científica dos princípios que deveriam presidir toda a ação que visasse à reintegração do menor à família e à comunidade (...) abordagem preventiva e socioterapêutica” (OLIVEIRA E ASSIS, 1999, p. 835). No entanto, “por sofrer com problemas semelhantes àqueles enfrentados pelo SAM, a

FUNABEM mostrou-se altamente ineficiente no cumprimento dos objetivos a que se propunha” (MONTE et al, 2011, p.126).

Já na década de 70 surgem as primeiras pesquisas, encomendadas pelas agências nacionais responsáveis pela questão do “menor delinquente” e desenvolvidas por sociólogos. A imprensa alerta para o crescente número de crianças e jovens que faziam das possibilidades da rua sua maneira de alcançar a subsistência, pressionando para que os juizados e a FUNABEM recolhesse o público em questão. É também dessa época o surgimento dos termos “pivete” e “trombadinha” para denominar as crianças e adolescentes em situação de rua. Em 1979 é colocado em exercício o novo Código de Menores que se volta muito mais para o menor infrator do que para o menor trabalhador, cujos direitos e deveres, desde 1943, passaram a ser regidos pela CLT.

É importante ressaltarmos a contradição que se estabelece ao considerar que um adolescente que desempenha atividade profissional possa romper com o ciclo da miséria em detrimento da manutenção da pobreza intergeracional, pois

(...) a situação de pauperização crescente, que induz um maior número de crianças e jovens em direção ao mercado de trabalho, paradoxalmente não melhora os baixos níveis de vida da população. (...) De fato, instaura-se uma espécie de “curto-circuito perverso”, na medida em que pressões sociais decorrentes da imperiosa necessidade de assegurar a sobrevivência de si e da família se intensificam, maior é o contingente de crianças e jovens que ingressam no mercado de trabalho em condições muito desfavoráveis. Essa situação diminui a probabilidade de obtenção de escolarização formal e de profissionalização, o que empurra esse contingente para as posições de ocupação mais desfavoráveis, onde os níveis de remuneração são os mais baixos e a intermitência e insegurança acusam taxas elevadas (ADORNO, 1993, p.187).

Vale apresentarmos aqui que com a ampliação dos estudos sobre “o menor” é a partir de temas além da delinquência e do trabalho vão sendo incluídos: a institucionalização e suas consequências para aqueles que vivem dentro das múltiplas instituições de educação, proteção e recuperação de menores e a política social para o menor que é implementada principalmente pelas agências governamentais. Verifica-se assim a evolução temática nos anos 80, que então se articula de forma muito direta com a própria realidade da infância pobre do país, tal qual ela foi se configurando ao longo das décadas passadas. É deste modo que pode ser entendida a passagem do estudo da criança pobre enquanto delinquente para a análise do menor na instituição e posteriormente sua abordagem enquanto menino de rua como explicita Alvim e Valladares (1986). Fato é que, enquanto categoria socialmente construída, a palavra “menor” deteve um significado uno no qual estão embutidas as noções de pobreza e delinquência, e embora em desuso pelos estudiosos e acadêmicos, não foi abandonado por boa parte dos

operadores do direito e pelos profissionais que atuam diretamente com os adolescentes envolvidos em atos infracionais, já que “a partir de 1920 até hoje em dia a palavra passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem” (LONDOÑO, 1992, p.129). O termo “menor” ainda é usado e seu simbolismo permanece intacto.

Dando sequência a este apanhado histórico, verifica-se que, a partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, segundo Adorno, Bordini e Lima (1999) “ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e, sobretudo, ao amparo jurídico” (ADORNO, BORNIDI E LIMA, 1999 p. 62). Dois anos depois, aconteceu a regulamentação dos preceitos constitucionais através da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual revogou o Código de Menores (1979) e instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Com a formulação e estabelecimento do ECA os crimes cometidos por crianças e adolescentes passam a ser denominados atos infracionais e estes são seus autores. Segundo o estatuto (art. 103) “o ato infracional é qualquer conduta da criança e do adolescente que pode ser descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 2001). Trata-se de ato condenável, de desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio. Só há ato infracional se aquela conduta corresponder a uma hipótese legal que determine sanções ao seu autor. No caso de ato infracional cometido por criança (até doze anos), aplicam-se as medidas de proteção. Nesse caso o órgão executor e fiscalizador é o Conselho Tutelar, apoiando-se nas varas judiciais de infância e juventude. Já o ato infracional cometido por adolescente deve ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente, a quem cabe encaminhar o caso ao Promotor de Justiça, que poderá aplicar uma das medidas socioeducativas previstas no ECA.

2.2. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA – O RECONHECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITO

É inquestionável o avanço proporcionado a sociedade brasileira no que tange o direito, em especial, as crianças e adolescentes que a compõem, quando da definição e instauração do ECA, como documento-base de quaisquer ações a serem direcionadas ao público que compõe esta faixa etária, o que exige maior empenho e reflexão por parte dos proponentes, sejam eles membros da sociedade civil ou do governo, enfim, de qualquer esfera

política e de participação. Podemos dizer que “criou-se, portanto, um instrumento jurídico cuja principal meta era desenvolver políticas públicas voltadas para promoção e manutenção dos direitos essenciais das crianças e adolescentes brasileiros” (MONTE et al, 2011, p.126).

Na atualidade a política de atendimento ao adolescente autor de ato infracional deve ter como ponto de partida a Doutrina da Proteção Integral às Crianças e aos Adolescentes, como previsto no ECA. Ressalta-se então que a aplicação de medidas socioeducativas referentes aos adolescentes que cometem atos infracionais deve seguir algumas orientações, tais como a obrigatoriedade de escolarização e profissionalização, bem como a garantia de atendimento personalizado, respeitando a identidade e singularidade dos adolescentes. Diferente do tratamento massificado realizado no período do SAM ou das FEBEMs, o ECA pressupõe crianças e adolescentes dotados de individualidade significativa o suficiente para não ser desconsiderada em qualquer contexto. Por conseguinte, as medidas têm formatos e critérios específicos para serem determinadas a um adolescente, como disposto no Artigo 112 do ECA. São elas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional. Quando o ato infracional tiver sido cometido por crianças, por sua vez, serão aplicadas medidas de proteção como, por exemplo, matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino. Como nos aponta SUASE (2012), a Doutrina da Proteção Integral às Crianças e aos Adolescentes

inaugura a noção de adolescente como sujeito de direitos, sendo, portanto, imprescindível que todas as políticas públicas voltadas a este público levem em consideração a garantia destes direitos, em co-responsabilidade com a sociedade e a família (...) fica estabelecido que o trabalho com o adolescente que cometeu ato infracional não é sem relação com o sujeito de direitos, o que convoca o Estado a consolidar práticas que concilie responsabilização e garantia de direitos de forma integrada a uma ampla rede de atendimento (SUASE, 2012, p. 5).

É válido notar também que o ECA orienta que a medida aplicada ao adolescente deverá levar em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração, deixando claro, dessa forma, que o julgamento precisa acontecer de maneira que seja percebida a intencionalidade do ato. O ECA inaugura no cenário do atendimento ao adolescente autor de ato infracional a questão da responsabilização, indicando que, frente a esta tomada de consciência é possível alcançar de fato a história de vida do adolescente e construir, numa ação conjunta, novas alternativas de existência, ou seja, “deve-se observar se o adolescente julga a gravidade dos seus atos e das ações das outras pessoas a partir das

intenções e motivação dos mesmos, e não somente com base em suas consequências, especialmente as materiais” (MONTE et AL, 2011, p.128).

2.3. DELINQUÊNCIA JUVENIL

*“Talvez eu seja um sádico
Um anjo
Um mágico
Juiz ou réu
Um bandido do céu
Malandro ou otário
Padre sanguinário
Franco atirador se for necessário
Revolucionário
Insano
Ou marginal
Antigo e moderno
Imortal
Fronteira do céu com o inferno
Astral imprevisível
Como um ataque cardíaco
No verso
Violentemente pacífico”*
(Capítulo 4, Versículo 3 – Racionais Mc’s)

Dando sequência a temática nesta exposição teórica, é importante nos atentarmos para a questão da delinquência juvenil. Quando trata da delinquência, Adorno (1993) se debruça sobre a teoria que aponta para a desterritorialização das identificações sociais constitutivas do sujeito de Perlongher (1987), indicando que, é na oposição ao outro, que se constituem identidades. Sendo assim, e como orienta Goffman (1975) é travada uma luta para que o sujeito se mantenha no terreno da humanidade simultaneamente reconhecendo as diferenças de sua natureza. Contudo, frente a todas as precariedades da vida, seja na ausência da possibilidade de ser criança, ou na inserção em um mundo informal e desestruturado de trabalho precoce, para garantia da sobrevivência de si e de seus familiares, não podemos afirmar que todas as crianças e adolescentes reagirão da mesma forma e desempenharão os mesmos papéis. Segundo Adorno (1993), “certamente não há uma correlação mecânica e imediata entre pobreza e delinquência”, mas há, entre os sujeitos atingidos pela pobreza, os que optarão pela delinquência que lhes é apresentada nas esferas adultas onde se inserem e são forçados a conviver antes do tempo.

Sob essa ótica, cruzam-se duas histórias: de um lado a história biográfica de crianças e jovens que optam pela construção de uma identidade e carreira delinquentes; de outro a história das punições, vale dizer, a história das agências policiais, dos tribunais de justiça e das instituições de “bem-estar do menor”. O problema do “menor” na sociedade brasileira é tanto resultado do funcionamento dessas instituições, do modo pelo qual o poder público operacionaliza suas funções repressivas e de reparação social, como do modo pelo qual se estabelecem as relações e os vínculos de dependência entre esse segmento da população jovem e aquelas instâncias políticas. (ADORNO, 1993).

A mesma impossibilidade de generalização é encontrada nos aspectos que tangem a composição ou estrutura familiar, não sendo possível garantir que, aqueles que se desenvolvem sem a presença da figura masculino/paterna, por exemplo, se inserirão com maior frequência no mundo do crime. Fato é que, conforme expõe Zaluar (1985), “o que se nota, como padrão geral, é uma diminuição da importância da figura masculina em favor da expansão do papel feminino” (ZALUAR, 1985, p. 59), nos casos da ausência masculina/paterna, ficando este em posição secundária a importância atribuída diferente do que diz o senso comum e as autoridades de controle.

Para enriquecer a discussão sobre delinquência juvenil, deve-se abordar também, a situação da violência urbana, de forma teórica, expandindo conceitos para além das opiniões da sociedade em geral, que tem dificuldade em diferenciar a sensação de insegurança urbana, a qual consegue descrever, dos aspectos teóricos e científicos referente à violência, que tentam explicar origens e causas, favorecendo a reflexão para soluções. Para este trabalho, entende-se a violência urbana como ponto central de um modo de se viver. Trata-se de uma forma de vida onde o uso da força é que organiza as relações dos indivíduos e da sociedade. Assim, “na medida em que o princípio que estrutura as relações sociais é a força, não há espaço para a distinção entre as esferas da política, da economia e da moral” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 74). Não se pode deixar de observar ainda que, também sobre a violência urbana, devemos evitar generalizações, pois a violência urbana faz parte da construção da sociedade e está presente em todos os espaços da cidade. Contudo, sobre a relação entre pobreza e violência urbana pode-se dizer que

(...) é mais ou menos consensual que ela afeta mais direta e profundamente as áreas desfavorecidas, especialmente as favelas, provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não está familiarizado com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que lograrem estabelecer-se neles. Os moradores destas áreas estão, mais diretamente submetidos à violência urbana e, portanto, merecem um comentário especial. (...) Como toda a população urbana, eles articulam suas práticas segundo uma dupla inserção, como participantes da ordem estatal e, paralelamente, da sociabilidade violenta. (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 77-78).

Dessa forma, imersos no universo violento, e na violência que crianças e adolescentes se desenvolvem e socializam, não podemos perder de vista “(...) a característica mais essencial da sociabilidade violenta como a transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de regulação das relações sociais estabelecidas” (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 39-40). O autor esclarece que para os indivíduos socializados na violência e utilizando-se da força para alcançar o que desejam, o convívio com o mundo das coisas e das pessoas passa a ser constituído numa relação objetal, na qual a satisfação dos desejos tem importância maior do que qualquer outro princípio ou norma. Segundo consta

É claro que limites à satisfação desses impulsos são reconhecidos, mas apenas sob a forma de resistência material, e não como restrições de caráter normativo ou afetivo. (...) Todos os agentes obedecem apenas porque sabem, pela demonstração de fato em momentos anteriores, que são mais fracos, com a insubmissão implicando necessariamente retaliação física. No limite, pode-se dizer que não há “fins coletivos” nem “subordinação”; todas as formas de interação constituem-se em técnicas de submissão que eliminam a vontade e as orientações subjetivas de demais participantes como elemento significativo da situação. (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 39-40)

Para além da violência urbana, outro conceito pode contribuir ainda para a discussão que aqui se estabelece. O fato é que, desde Freud (1915) podemos pensar no conceito da violência a partir do caráter traumático da pulsão, que embora seja inerente a constituição e dinâmica psíquica do sujeito, causa agressões no aparelho psíquico desde dentro. Assim, “diferente dos estímulos advindos do mundo externo, dos quais se pode fugir a partir da ação motora, o pulsional exerce uma pressão constante e irremovível sobre o psiquismo” (FREUD, 1915, p.147). Correlacionando aos conceitos das ciências sociais, pode-se pensar então que, além da sociabilidade violenta e externa, internalizada no convívio social, já existe pulsões, desejos internos a atitudes violentas, que lançam todos os sujeitos neste universo, mas que é potencializado junto a violência urbana. Esse tipo de violência que é constitutiva do sujeito é necessária para a existência da vida psíquica.

Ainda transitando pelas teorias psicanalíticas, torna-se interessante para este trabalho o conceito de laço social. Para a psicanálise freudiana, o laço social se mantém a partir da tensão entre o sujeito e sua necessidade de satisfação e as exigências de renúncia a concretização de seus desejos em favor da civilização (sociedade). Na teoria lacaniana, acrescenta-se ainda que o laço social é estruturado como discurso, ou seja, a partir da linguagem e do que vai além desta, o que é inabordável, o não dito, em relação ao outro. É exigida assim, de todos os sujeitos, uma organização da realidade psíquica através de seus elementos constitutivos: o imaginário, o real e o simbólico. Dito de outra forma, a realidade

precisa ser organizada, para cada sujeito nos meandros daquilo que se deseja, daquilo que se vive de fato e do que tudo isso significa.

Ao pensar na delinquência juvenil e nos jovens autores de atos infracionais, deve-se ater a situação de invisibilidade social na qual existem. As contribuições de Soares (2003) seguem na mesma direção das proposições psicanalíticas, em especial quando aponta que “a violência da qual a sociedade reclama e se queixa é por ela mesma produzida” (SOARES, 2003, p. 132). Ele nos convoca a pensar, a partir de então, na relação entre violência e juventude utilizando o conceito de invisibilidade social. Para ele,

(...) um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade é um ser socialmente invisível. (...) Muito embora existam fatores sociais, políticos e econômicos atravessando a problemática da violência e da juventude, o estigma, mecanismo de controle social por nós produzido e perpetuado, (mesmo que de maneira inconsciente) nos tornando incapazes de enxergar cada um dos atores deste trágico cenário em suas historicidades, singularidades. Em outras palavras enxergamos a arma, e não o sujeito que a aponta para nós (SOARES, 2003, p. 132).

Se, conforme foi citado nas teorias psicanalíticas, o sujeito só se reconhece como tal em sua relação com o outro podemos entender que a existência de sujeitos socialmente invisíveis, imersos na violência urbana, socializados na violência e sob tensão de seus desejos e pulsões é a existência de um sujeito sob enorme tensão. Pode-se pensar então que é através do ato infracional que estes sujeitos considerados invisíveis socialmente conseguem obter o olhar do outro que poderá o reconhecer, conferindo existência psíquica ao autor da infração, e visibilidade social, por conseguinte.

Enveredados na delinquência, bem como no mundo do crime, as crianças e adolescentes iniciam seus enlances precários com as instituições para “menores” de forma paradoxal, como sugere Adorno (1993), ao relatar sobre agências de controle “estas, em lugar de conter o comportamento agressivo acabam por reproduzi-lo”, pois ao reprimirem os comportamentos violentos de forma ríspida, contribuem com o fortalecimento de resistências a mudança, aprofundando o sentimento de pertença ao universo da delinquência, e incidindo em inserções pouco proveitosas nas instituições de reparação social. É a violência urbana ocupando o espaço onde não a deveria caber. Assim, os sujeitos travam “vidas suportadas quase exclusivamente no interior desses espaços institucionais, nos quais o sentido de liberdade está permanentemente em suspenso. Em contrapartida, vidas vigiadas, invadidas no que há de mais privado – o corpo, o desejo –, sequestradas de qualquer possibilidade de vida autônoma” (ADORNO, 1993, p. 204).

Quando abordamos o tema da delinquência juvenil, não podemos nos abster da relação estabelecida entre esta e o órgão estatal primário de repressão, a polícia. A rotina policial tem papel fundamental no panorama da delinquência, pois segundo sua atuação é que as crianças e jovens passam a frequentar as agências de contenção e controle, com funcionamento viesado e direcionado a determinada parcela da população.

(...) incidindo prioritariamente sobre os espaços de habitação e de circulação dos mais pobres e privilegiando negros e aqueles que, por seu modo de trajar e de se expressar, aparecem como pertencentes das 'classes perigosas', (...) aquilo que se iniciara de modo fortuito acaba se convertendo em vocação potencial para uma carreira delinvente (ADORNO, 1993, p. 205).

Com relação a formação de grupos (por vezes gangues) e a relação com o território que ocupam, podemos pensar que, para os jovens essas são chaves fundamentais de socialização e de afirmação enquanto sujeitos e que muito provavelmente, não abrirão mão de manter a maior parte dessas relações. São estes os outros que lhes reconhecem em primeira instância e com quem o laço social é estabelecido com mais clareza. Podemos pensar, a partir deste ponto que para o sujeito a definição da diferença entre o seu grupo e os outros grupos, se apoia, “no que tange a delinquência entre as gangues, a turma e a polícia, em especial, demarcando nos territórios físicos e simbólicos de forma profunda, os papéis e posições de cada um no cenário das relações sociais” (ADORNO, 1993, p. 207). Assim, “os contatos frequentes entre os organismos policiais e seus agentes traduzem-se no reconhecimento da violência criminal enquanto estilo de vida, modo de ser que distingue seus portadores frente a outros grupos” (ADORNO, 1993, p. 207).

Atualmente, não podemos perder de vista, outro ponto determinante na questão de delinquência juvenil: o uso e tráfico de drogas. Muitos autores tratam desta questão, cada dia mais atual, mas que vem se arrastando há pelo menos 2 décadas. Com o fracasso dos meios iniciais de socialização, como a escola e a comunidade, por exemplo, outros campos vão se abrindo, instaurados pelo crime organizado, de forma atrativa e rentável para a juventude carente de referenciais. Podemos verificar que

A emergência do crime organizado entre as classes populares do Rio de Janeiro tem a ver com o dismantelamento dos mecanismos tradicionais de socialização juvenil e das redes igualmente tradicionais de sociabilidade local, ancoradas no passado através das relações de patronagem entre pobres e ricos e mais recentemente por intermédio de um novo clientelismo político (...). O dismantelamento dessas redes tradicionais de sociabilidade foi acompanhado também de um distanciamento nas relações entre pais e filhos, instituinte da redefinição desses papéis sociais e, por conseguinte, fonte propulsora de mudanças nas funções de agências socializadoras como a escola, os centros de assistência social e a política, agora investidas de atribuições antes reservadas aos pais (ZALUAR, 1990, p. 56).

Desse modo, seguindo o raciocínio da autora, entendemos que é nesse processo de transição social, no qual novas agências de socialização ainda não se configuraram, que o crime organizado, em especial o narcotráfico, captura os jovens moradores dos conjuntos habitacionais populares ou das favelas encravadas nos morros cariocas, por exemplo

(...) e os captura não como reação a um mundo social de injustiças e de degradação moral, sequer como alternativa ao estreitamento das oportunidades oferecidas pelo mercado formal de trabalho, mas sim por meio dos atrativos oferecidos pela sociedade de consumo e pelas possibilidades de afirmação de uma identidade masculina associada à honra e à virilidade, modos concretos de inserção e de localização sociais em uma era caracterizada pelo cercamento e cerceamento das opções de escolha pessoal (ZALUAR, 1990, p. 59).

Sabemos que embora a autora escreva sobre a realidade do Rio de Janeiro, podemos localizar demais regiões, a nível nacional, em sua citação. O resultado desse processo não é, como acentua a autora

a instituição de regras de solidariedade entre os pobres e excluídos constituídas em torno do narcotráfico, porém a explosão de individualismo que, para os jovens, se traduz na valorização de bens como a arma e o fumo, o dinheiro no bolso, as roupas bonitinhas e a disposição para matar” (Zaluar, 1994, p.34).

Quando nos propomos a refletir a temática do envolvimento de jovens no mundo do crime, e no caso dos adolescentes, na autoria de atos infracionais “tudo indica (...) que a presença de jovens no mundo do crime e da violência revela duas faces de uma mesma moeda: como autores e vítimas da violência dos outros” (ADORNO; BORDINI; LIMA, 1999). Trata-se de analisarmos a delinquência juvenil enquanto protagonizada por sujeitos em construção, fazendo escolhas sobre influências sócio-históricas.

2.4. AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE RESTRIÇÃO E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE – SEMILIBERDADE E INTERNAÇÃO

*“Hey Joe
 Onde é que você vai
 Com essa arma aí na mão?
 Hey Joe
 Esse não é o atalho
 Pra sair dessa condição.”
 (Hey Joe – O Rappa)*

Conforme é de interesse desse trabalho, daremos ênfase as Medidas Socioeducativas (sob a abreviação de MSE) que restringem ou privam a liberdade dos adolescentes, por serem os egressos desses modelos, o público alvo do programa que se pretende avaliar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional – são os instrumentos regulatórios e orientadores da aplicação das MSE, de maneira que

A preocupação do ECA e do SINASE com a adequação da medida socioeducativa às capacidades do adolescente em cumpri-la mostra (...) além da pertinência da aplicação de medida socioeducativa, uma preocupação com o desenvolvimento da responsabilidade subjetiva nesses adolescentes, momento a partir do qual o indivíduo julga seus atos e os de terceiros a partir da intencionalidade de cada pessoa” (Piaget 1932/1994 in MONTE et AL, 2011, p. 125).

De acordo com a Seção VI do ECA (BRASIL, 2001), sobre o regime de Semiliberdade devemos considerar que é garantido aos adolescentes o direito de ir e vir salve algumas regras relacionadas a horários e convivência. A realização de atividades externas é possibilitada independentemente de autorização judicial. Tem caráter de obrigatoriedade a escolarização e a profissionalização utilizando-se para isto, principalmente, os recursos existentes na comunidade. Na MSE de Semiliberdade os adolescentes passam a residir em uma casa, com organização própria. São monitorados por educadores e agentes socioeducativo que desempenham, entre outros papéis, o de restringir em parte a liberdade dos adolescentes acautelados.

Com relação a MSE de Internação prevista na Seção VII do mesmo estatuto “a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 2001, p.41). A medida não tem prazo determinado, podendo ter sua duração mínima de 6 meses e máxima de 3 anos, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. Caso ocorra o alcance do prazo máximo, o adolescente deverá ser desligado da MSE e colocado em regime de semiliberdade ou de liberdade assistida caso faça-se necessário, segundo avaliação da equipe técnica da unidade

socioeducativa ou do agente do poder judiciário responsável pelo processo. Na modalidade de MSE de Internação também é permitida a realização de atividades externas, com critérios definidos pela equipe técnica da entidade, não se fazendo valer apenas para casos em que o poder judiciário seja opositor a esta ação.

Deve-se sobressaltar que, segundo o ECA,

a medida de internação só poderá ser aplicada quando: tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração (BRASIL, 2001, p. 42).

Durante todo o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. Dentre os direitos do adolescente acautelado em unidade socioeducativa de internação pode-se apontar: o de tratado com respeito e dignidade; o de permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável; o de receber visitas, ao menos, semanalmente; o de corresponder-se com seus familiares e amigos; o de receber escolarização e profissionalização; o de realizar atividades culturais, esportivas e de lazer; o de receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade. Por fim, não se pode perder de vista que, é dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Apesar de todas estas regras que legislam sobre as unidades socioeducativas de semiliberdade e internação, as instituições de acautelamento desconsideram, e na maioria das vezes desqualificam, os vínculos sociais e a história de vida dos internos. Assim, “o resultado desses contrastes resultam no insucesso dessas instituições em fazer prevalecer seus objetivos discursivos, o que as reduz ao que são efetivamente: instância de produção de sujeitos dependentes e tutelados sobre os quais deita o poder sua voracidade e intolerância” (ADORNO, 1993, p. 207). O grande número de acautelados numa mesma instituição, as equipes técnicas de acompanhamento das MSE sempre em número abaixo de profissionais que o necessário, são fatores que contribuem para a massificação dos atendimentos, perdendo-se de vista a particularidade das histórias de vida individuais. Estes aspectos, conforme nos informa Adorno (1993), podiam ainda advir do que havia restado do modelo das FEBEMs, na época da escrita de seu texto, mas não se mostra muito distante da realidade atual, o que

aponta para a importância de que sejam corrigidas estas falhas, para garantir direitos e oportunidades efetivas aos adolescentes em situação de MSE.

Especialmente no caso das instituições de internação, as orientações do ECA e do SINASE – que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional – buscam afastar a imagem dessas instituições dos presídios ou das antigas FEBEMs, nas quais o tratamento se aproximava das chamadas “Instituições Totais”, que “se caracterizam pelo tratamento despersonalizado, padronizado e pela falta de mobilidade e poder de contratualidade dos usuários do serviço” (Goffman, 1974 in MONTE et AL, 2011, p.128). Ou seja, nessas instituições, o tratamento dispensado para todos os casos ignora os aspectos individuais de cada sujeito. Esse tipo de assistência é condenada pelo ECA e pelo SINASE, os quais orientam para a construção de um Plano Individual de Atendimento (PIA) e reavaliação caso a caso, juntamente com a família e o adolescente, a partir dos interesses deste. Esses documentos têm “uma orientação menos coercitiva e mais democrática, no sentido de tentar promover o desenvolvimento dos adolescentes assistidos a partir do exercício da democracia, negociação e protagonismo” (MONTE et AL, 2011, p.128).

É importante considerarmos que para todas as MSE aplicadas, desde a advertência até a internação, ao invés de punição faz-se necessário que “haja um trabalho orientado para uma tomada de consciência moral autônoma, a qual poderá inclinar o sujeito a considerar o ato infracional impróprio e desrespeitoso em relação aos contratos sociais estabelecidos e aos direitos de todas as pessoas da sociedade” (MONTE et AL, 2011, p. 128). Não se pode perder de vista também as orientações do SINASE (2006), que norteiam funções e papéis quando diz que ao Estado cabe “criar, manter e desenvolver os programas de atendimento para a execução das medidas de semiliberdade e internação, inclusive de internação provisória” (SINASE, 2006) lembrando sempre da importância de considerar as necessidades pedagógicas do adolescente, com preferência pelas que visem o fortalecimento dos vínculos sociais como uma fonte de desequilíbrio constante e de internalização e reconstrução dos valores socialmente legitimados.

2.5. UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Uma forma de definir políticas públicas, com clareza e objetividade consiste em associar estas a “a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), que envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto”

(SPÓSITO; CARRANO, 2003, p.1). A política pública não pode ser vista apenas como a implantação de um tipo de serviço, pois é composta por questões éticas e por dimensões políticas no que funda seus projetos. É necessário assim, que um tema de interesse de um grupo populacional, com características específicas, demande ações, e que esta demanda torne-se parte de uma agenda, a partir da qual, dar-se-á início no processo de elaboração da política que atenderá a demanda em questão. Há por sua vez, na sua constituição, vários níveis de relações entre o Estado e a sociedade civil. A definição de políticas públicas “situa-se, também, no campo de conflitos entre atores que disputam na esfera públicas orientações e os recursos destinados à sua implantação. É preciso não confundir políticas públicas com políticas governamentais. (...) De toda forma, um traço definidor característico é a presença do aparelho público-estatal na definição de políticas, no acompanhamento e na avaliação, assegurando seu caráter público, mesmo que em sua realização ocorram algumas parcerias” (SPÓSITO; CARRANO, 2003, p.1). Estas parcerias podem acontecer com ONGs e OCIPs, por exemplo, dinamizando o processo de implantação e execução das políticas.

Ruas (1998) opta por uma definição bastante interessante de políticas públicas. Segundo diz “proponho o entendimento das políticas públicas como conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731), contrapondo, dessa maneira, à ideia de “problemas políticos” a expressão “estado de coisas”. Assim, somente quando alcançam a condição de problemas de natureza política um tema passa a ocupar a agenda pública e então, alguns processos de natureza social, abandonam o “estado de coisas”. É este o processo pelo qual a juventude passa nas agendas governamentais, tornando-se problema político. Mais especificamente, “esse cenário passa a se alterar no final dos anos 1990 e no início da década atual. Iniciativas públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil e as várias instâncias do Poder Executivo são mobilizadas, tanto o nível federal, como o estadual e o municipal” (SPÓSITO; CARRANO, 2003, p.2).

Para falarmos de juventude é válido apontarmos as diferenciações na conceitualização dessa fase da vida, que se apresenta como construção social e categoria histórica, que desenvolve-se ao longo dos processos de modernização no mundo ocidental. Assim,

a ‘condição juvenil’ como categoria sociológica e antropológica, está referida à estrutura social como aos valores e a cultura particular dos sujeitos jovens nos processos de transformações sociais contemporâneas (formativas, trabalhistas, econômicas, culturais). É a ‘situação social dos jovens’ nos remete a análise territorial e temporal concreta, sendo como os diversos jovens vivem e

experimentam sua condição de jovens, em um espaço e um tempo determinado (LÉON, 2005).

Os sujeitos na condição juvenil ora são vistos como ponto de partida para se pensar os possíveis problemas que podem trazer para a paz social, ao mesmo tempo em que é de notória importância a preservação da situação juvenil, período fundamental do desenvolvimento humano. Sob esse ponto de vista, Spósito e Carrano (2003) questionam sobre o que deve ser feito: “controlar a ameaça que os segmentos juvenis oferecem ou considerá-los como seres em formação ameaçados pela sociedade e seus problemas?” (SPÓSITO; CARRANO, 2003, p.2).

É fato que, histórica e socialmente, “a juventude tem sido considerada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda”. (SPOSITO, 2002 in SPÓSITO; CARRANO, 2003, p.4). A sociedade assiste o crescimento no índice de mortes violentas nas quais há uma maioria significativa de jovens, seja como vítimas, seja como autores, associado ao aumento no consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas por estes jovens e a expansão e fortalecimento das organizações de tráfico de drogas. Este cenário contribui para que possamos entender que com o passar dos anos, os problemas que perpassam a juventude alteram-se, ocasionando assim, em mudanças significativas das demandas que chegam as agendas governamentais. Desse modo, desde então, “o tema da criminalidade atravessa permanentemente o debate sobre as políticas públicas para os jovens. (...) A promulgação do ECA, em 1990, foi o principal indutor de políticas, programas e ações sociais destinado as crianças e adolescentes, sobretudo na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Programas e ações foram criados e não mais organizados pela ideologia do menor em situação irregular, mas pela nova e cidadã doutrina de proteção integral aos adolescentes em conflito com a lei” (SPÓSITO; CARRANO, 2003, p.20).

Outro ponto relevante nesta discussão trata do fato de que as medidas socioeducativas orientadas pelo ECA e pelo SINASE não devem ser entendidas e aplicadas como castigos ou sanções, mas como dotadas de natureza pedagógica. Assim, “essa substituição de paradigma operada pelo ECA, em detrimento do restrito ensino coercitivo e punitivo aplicado nas FEBEMs, representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei” (CONANDA, 2006, p. 14). Essa inclusão social só pode se dar através da assistência integral à criança e ao adolescente, especialmente através de políticas públicas que atendam e garantam os direitos fundamentais previstos no ECA, tais como saúde, educação, lazer, esporte, cultura, convívio comunitário, entre outros.

Com o estabelecimento do estatuto, as mudanças frente à forma como as crianças (de 0 a 12 anos incompletos) e os adolescentes (12 a 18 anos) passaram a ser tratados são incontestáveis, fazendo com que algumas políticas públicas fossem pensadas para atender especificamente os jovens do país. Buscava-se acabar com concepções generalistas, que não atentavam para a situação peculiar de desenvolvimento das crianças e adolescentes em situação de risco ou abandono. A partir da Constituição Federal de 1988 e do ECA, “as crianças e adolescentes brasileiros passaram a ser vistos como cidadãos, aos quais se deve garantir direitos fundamentais (vida, educação, saúde, escola, respeito, dentre outros), o que antes era negligenciado pelos instrumentos jurídicos que tratavam, quase que restritamente, dos deveres dessa parcela da população” (MONTE et al, 2011). Sabe-se que os conceitos de infância, adolescência e juventude são conceitos em constante transformação, agregando valores ao longo do tempo e possibilitando o aperfeiçoamento daquilo que deles deriva, no caso deste trabalho, das políticas públicas destinadas a estas faixas etárias.

É interessante considerarmos que as expectativas em torno da compreensão das causas precisas que levam uma parte considerável da população a delinquência juvenil acabam por estimular a formulação de programas de intervenção por parte de organizações governamentais ou não-governamentais de forma que o mesmo interesse que move os estudos e pesquisas acaba movendo iniciativas e ações. Segundo Adorno (1993), “são esses programas e planos de ação que alimentam um dos eixos do imaginário onírico da sociedade moderna: o desejo de uma sociedade sem crimes e sem violência e na qual os adolescentes se encontrassem plenamente ajustados às regras e aos modelos de comportamento social considerados adequados do ponto de vista da moralidade pública e privada” (ADORNO, 1993 p. 193). É preciso cautela, organização e estratégia para a formulação das políticas públicas, a fim de que minimizem as consequências negativas e estigmatizantes sobre o público alvo.

Considerando que a internação dos adolescentes em conflito com a lei não configura punição, mas se justifica pela necessidade de reintegrá-los à sociedade após o período de privação de liberdade, a concretização de programas de apoio ao adolescente autor de ato infracional egresso das medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade fazem-se cruciais para permitir a efetividade da medida socioeducativa. O ECA determina que “a manutenção de programas de apoio e acompanhamento de egressos constitui obrigação das entidades que desenvolvem programas de internação (art. 94, XVIII). As Regras das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade, aprovadas pela ONU, em 1990, expressam “que todos os jovens devem se beneficiar de medidas destinadas a auxiliá-los no seu regresso à sociedade, à vida familiar, à educação ou emprego, depois da libertação (...) as

autoridades competentes devem criar ou recorrer a serviços para auxiliar os adolescentes a se reintegrarem na sociedade e para diminuir os preconceitos contra eles” (CNJ, 2012, p. 136).

Ainda hoje, na década em que mais se investiu em políticas públicas para a juventude, há um percentual muito baixo de acompanhamento aos egressos no Brasil, “além da evidente disparidade entre os estados na implementação deste dever” (CNJ, 2012, p. 137). Faz-se fundamental a implementação de programas de apoio e acompanhamento de egressos das medidas socioeducativas, visando garantir este direito ao público em questão. Por conseguinte, “contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas, que levem em consideração aspectos diretamente relacionados à questão do reforço nos programas educacionais e sociais voltados à prevenção da violência juvenil” (CNJ, 2012, p. 142) contribui para assegurarmos aos jovens envolvidos com a criminalidade a oportunidade de fazerem novas escolhas, repetindo sua história de vida e trajetória social.

Nesse sentido, programas que visam alcançar os jovens egressos de medida socioeducativa de internação e semiliberdade em suas necessidades, desejos e anseios são inseridos no panorama nacional. Mais especificamente, no estado de Minas Gerais, é proposto o Programa Se Liga, que desde 2010, ao expandir o atendimento de adolescentes para todo o estado, se faz possibilidade de novas escolhas para o público alvo em questão. Frente aos desafios de se estabelecer laços e oferecer ações de relevância real a estes jovens, este trabalho pretende compreender o que pensam os jovens sobre a oferta deste serviço, como avaliam suas ações e quais são as contribuições que possam vir a dar, enquanto participantes do programa.

3. O PROGRAMA SE LIGA

O Programa Se Liga é estadual, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), por meio da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas – SUASE – e objetiva o acompanhamento de adolescentes autores de ato infracional que cumpriram medida socioeducativa (MSE) de semiliberdade ou internação após o seu desligamento das unidades socioeducativas. Assim, “diante do contexto de prioridade de atendimento e proteção integral ao adolescente e da brevidade prevista para as medidas socioeducativas, a SUASE desenvolve o Se Liga - Programa Estadual de Acompanhamento ao Adolescente Desligado das Medidas Socioeducativas de Internação ou Semiliberdade em Minas Gerais. Esta iniciativa ocorre em respeito aos preceitos legais vigentes no país, sobretudo o inciso XVIII, Art. 94 do ECA, que imputa às entidades responsáveis pelas

medidas de internação ‘manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos’” (SUASE, 2012, p. 6).

Não podemos ignorar o fato de que, embora tenham acesso a inúmeras atividades e serviços durante o cumprimento da MSE, articuladas pelas equipes técnicas responsáveis nas unidades socioeducativas, voltar para casa, para a comunidade, para seu território de relações, pode se configurar como um novo desafio ao adolescente, em especial no que tange suas oportunidades e escolhas. Por este motivo, “a proposta da criação de um Programa de Acompanhamento de Adolescentes que cumpriram medida de semiliberdade ou internação reside nesse ponto, ao ser pensado como uma ação que pode dar continuidade a estas articulações, bem como pensar junto ao adolescente outras formas de estar na cidade no momento de sua desvinculação da medida” (SUASE, 2012, p. 8). O Se Liga entra neste cenário como possível lugar de enlaçamento, auxiliando nos caminhos e direções pretendidos por seus participantes.

O Se Liga se configura, nesse momento da vida do jovem autor de ato infracional, como um dispositivo no qual a inclusão é feita pelo participante, junto ao técnico do programa, de forma voluntária. Ou seja, o jovem só realiza sua inclusão ao programa se assim o desejar, sem imperativos. Conforme aponta a SUASE (2012), o espaço do programa tem como ponto de partida,

“acolher o adolescente e seus impasses com a liberdade, trabalhando a relação do adolescente com suas escolhas e sua rede social, de modo que possa no futuro prescindir desse acompanhamento. O Programa opera no sentido da integração à cidade, vislumbrando em seus encaminhamentos o acesso aos direitos fundamentais e, principalmente, a construção de escolhas as quais os adolescentes consigam sustentar” (SUASE, 2012, p. 9).

As sedes do programa Se Liga localizam-se, no estado de Minas Gerais, nas mesmas cidades em que se situam as unidades socioeducativas de internação e semiliberdade, e organizam-se por regionais, sendo, atualmente: Triângulo Mineiro: Uberaba, Uberlândia e Patrocínio; Região Norte: Montes Claros e Pirapora; Região Vale do Rio Doce e Vale do Mucuri: Governador Valadares e Teófilo Otoni; Região Metropolitana de Belo Horizonte e Central Mineira: Belo Horizonte, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas e Divinópolis. As únicas exceções a esta regra estão para as cidades de Muriaé, onde recentemente inaugurou-se uma unidade de semiliberdade acompanhada pela equipe Se Liga de Juiz de fora, e Ribeirão das Neves, onde há uma unidade de internação acompanhada pela equipe do Se Liga de Belo Horizonte e RMBH. A equipe do Programa é composta por coordenador executivo a nível

estadual e coordenadores regionais, técnicos e estagiários. Estes profissionais se concentram nas regionais do Programa, constituindo equipes locais, de acordo com o número e localização de unidades socioeducativas e adolescentes acautelados na área de abrangência. Com relação ao trabalho dos técnicos

(...) são responsáveis pelo acompanhamento direto dos adolescentes egressos, bem como por efetivar as estratégias de sensibilização para despertar o interesse de participação dos adolescentes no Programa ainda em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade. Para tanto, os técnicos realizam atendimentos individuais, oficinas e demais atividades orientadas com os adolescentes, nos eixos de atuação do Programa, como previsto na Metodologia. É o técnico que, em sua prática, constrói o trabalho do Programa, o que é transmitido na relação que estabelece com os adolescentes, com as Unidades e demais parceiros. Em suas intervenções e ações com os adolescentes é que se materializa a atuação do Programa. (...) No Programa, o técnico atua como referência para o adolescente aderido, devendo acompanhá-lo durante sua inserção (SUASE, 2012, p.34).

O fato da sede do programa estar fixada na mesma cidade em que localiza-se as unidades socioeducativas de internação e semiliberdade não se faz ao acaso. Este fato contribui para que os técnicos possam iniciar contato com os adolescentes, quando estes ainda estão acautelados nas unidades socioeducativas, para que sejam pré-estabelecidos vínculos e laços entre os profissionais e o público alvo, favorecendo o interesse dos jovens, ainda em acautelamento, na participação posterior no programa. Os primeiros encontros acontecem através de atividades propostas pela equipe Se Liga, podendo ser internas ou externas às unidades. Para estas atividades, enquanto ainda acautelados, são priorizados os adolescentes considerados, pelas unidades socioeducativas, em processo de desligamento.

As atividades propostas são, no geral, atividades coletivas de dinâmicas de grupo e oficinas, com foco no pós-desligamento, e também atividades de lazer e cultura, apresentando para os jovens o programa, suas possibilidades, as cidades sede do programa e as variadas formas de se estar nas cidades. Estes momentos configuram-se interessantes para o estabelecimento de laços com os técnicos que desenvolvem as atividades, bem como a oportunidade de conhecer novos espaços como cinemas, parques, teatro, clubes, entre outros. Há também, outra forma de contato entre técnicos e adolescentes acautelados, dando-se através da realização de atendimentos individuais, a fim de apresentar o programa e já iniciar um pré-planejamento de ações contidas nos eixos deste. Assim, as demandas dos adolescentes são colhidas e as possibilidades do Se Liga explicitadas.

A equipe Se Liga ainda participa dos estudos de caso de desligamento dos adolescentes, realizados pelas unidades socioeducativas. Estes momentos contribuem para que os técnicos do programa possam se inteirar da situação de cada jovem, entender sua dinâmica

pessoal e familiar, bem como ter acesso a dados que facilitem os primeiros contatos após o desligamento (endereço, telefone, referências familiares e locais).

As unidades socioeducativas tem o prazo de 24 horas para comunicar o desligamento de um jovem ao Programa Se Liga ao qual é referenciado. Os técnicos do Se Liga tem até 48 horas para realizar o primeiro contato com estes, já em liberdade. No caso daqueles jovens que cumprem medida em cidade diferente da de sua residência, cabe ao Se Liga local mapear a regional do programa mais próxima a cidade de retorno do jovem, informar sobre o desligamento e repassar todas as informações pertinentes ao acompanhamento do caso.

Não obstante, devemos ressaltar que o Se Liga atua junto a seus participantes na construção de alternativas ao ato infracional, podendo envolver a continuidade das ações iniciadas e/ou apontadas pela Unidade, ou fomentando novas escolhas aos jovens frente a liberdade. O trabalho em rede torna-se assim fundamental e desafiador para a equipe técnica do Programa, não perdendo de vista e muitas vezes tendo como ponto de partida, o território do adolescente.

O primeiro contato com o jovem já em liberdade é realizado principalmente pelo técnico do programa Se Liga, mas não raras vezes, os próprios jovens de posse do telefone do programa, ou conhecendo e tendo acesso ao local da sede, têm a iniciativa de procurar pelo local. Ao chegar para o primeiro atendimento, já desligado da MSE de internação ou semiliberdade, o jovem tem a oportunidade de dizer sobre si mesmo, suas relações, anseios e dúvidas e dá-se início ao trabalho junto deste, priorizando seus desejos e localizando-os dentro dos eixos de atuação do Se Liga, a fim de realizar ações e encaminhamentos que possibilitem o acesso dos jovens àquilo que entendem como importante para si. Para formalizar este momento, é estabelecida a inclusão voluntária ao programa, por meio do Termo de Inclusão, que é preenchido e assinado pelo jovem e pelo técnico, pactuando o trabalho que se iniciará a partir daquele ponto. Eles têm ainda a oportunidade de apontarem os familiares os quais gostariam que também tivessem acesso às ações do Se Liga e estes passam então a utilizar do serviço e das ações. Contudo, deve-se ressaltar que é sempre o adolescente egresso de MSE de internação ou semiliberdade o foco do programa, tendo prioridade em todas as ações competentes, sendo o acompanhamento de familiares, pontual, quando indicado pelo jovem ou quando se fizer necessário.

Dentre as especificidades do programa está o acolhimento e atendimento de seus participantes e a articulação e definição de fluxos na rede social dos municípios, bem como os encaminhamentos para a saúde, escola, profissionalização e trabalho dos jovens, respeitando suas demandas. Oportuniza-se a este a participação em atividades coletivas e oficinas a fim de

possibilitar o acesso ao esporte, cultura e lazer, assim como fortalecer a relação do adolescente com o Programa. Por fim, os técnicos trabalham para a garantia de acesso e incentivo da utilização dos participantes e seus familiares dos equipamentos públicos locais. A partir dessas ações, o programa contribui para a redução do índice de reincidência nas trajetórias infracionais dos adolescentes.

Desta forma, a metodologia do Se Liga prevê que “trata-se de um Programa de livre participação, que acompanhará o adolescente por um período máximo de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua inclusão” constituindo-se “(...)como um suporte ao adolescente, trabalhando para que ele consiga construir suas escolhas, sem envolvimento com a criminalidade” (SUASE, 2012, p. 11). Nos casos em que o adolescente não manifesta interesse imediato para participar do programa, é explicado a este que, contando da data de desvinculação da unidade socioeducativa, ele terá até 1 ano para iniciar sua participação.

Os eixos de atuação do Se Liga, conforme citado acima no texto, são: educação, educação profissional, trabalho e renda, saúde, cultura e lazer e família. Com relação a educação profissional, “a abordagem do Se Liga envolve o encaminhamento para cursos profissionalizantes, atividades coletivas de orientação profissional e de apresentação das profissões, bem como a realização de oficinas profissionalizantes – espaços menos formais que os cursos, utilizadas para despertar o interesse dos adolescentes para o ensino profissionalizante” (SUASE, 2012, p. 22). No que tange a promoção de trabalho e renda, este se configura como um dos principais pontos de enlaçamento dos jovens com a cidade, independente de sua história. No caso dos jovens público do Se Liga, fomentar o encaminhamento para o trabalho e a geração de renda objetiva a promoção da autonomia destes, para além das saídas encontradas no ato infracional. Constitui-se um desafio para um adolescente ou jovem ser admitido em seu primeiro emprego, manter-se nele e realizar-se na escolha feita.

Nesta vertente, a atuação do Se Liga envolve a preparação do currículo com o adolescente e o planejamento de sua distribuição, a capacitação dos adolescentes em competências e em habilidades para o trabalho, a preparação e o encaminhamento para a entrevista de emprego, a obtenção da documentação necessária, o acolhimento dos retornos obtidos pelos adolescentes em suas tentativas, entre outros. As oportunidades de emprego devem ser viabilizadas ao adolescente de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego. Cabe ao Programa, além de atuar na preparação e no incentivo ao adolescente, mapear e articular uma rede de parceiros que admitam adolescentes em primeiro emprego ou com pouca experiência, articulando-a quando não existir (SUASE, 2012, p. 23).

No que tange os eixos educação e saúde, rede de atendimento de cada um desses setores é acionada sempre que há demanda do participante. A equipe Se Liga atua na conscientização do jovem sobre a importância da escolaridade para o alcance, não somente de melhores postos de trabalho, mas também de crescimento pessoal. Com relação a saúde, além dos encaminhamentos realizados aos setores responsáveis, temas como afetividade e sexualidade, cuidados com o corpo, entre outros, sempre perpassam atendimentos e atividades propostas.

A finalização da participação do jovem no programa deve ser construída em atendimento, conjuntamente ao técnico, desde o começo de sua participação, a fim de evitar a que o participante institucionalize-se, decorrendo em dificuldades para desvencilhar-se ao fim do período de participação (um ano) e ocasionando em novas barreiras para suas realizações, sem mais o apoio do Se Liga. No caso de ausência de qualquer contato com o programa pelo período de 2 meses, o acompanhamento será suspenso e o jovem poderá retornar desde que dentro do prazo de um ano após sua inclusão.

A execução de um programa como o Se Liga, que atende um público vivenciando uma delicada fase do desenvolvimento humano, repleta de mudanças, marcas, angústias e expectativas, é um desafio cotidiano. Conviver com as realidades, por muitas vezes duras de seus participantes e trabalhar no sentido de proporcionar-lhes escolhas alternativas às até então realizadas se impõe como o grande passo a ser dado junto destes jovens.

4. METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa escolhida para este trabalho teve o intuito de responder a indagação de como os jovens participantes do Se Liga avaliam o programa e suas ações pretendendo obter uma avaliação do Programa Se Liga sob o ponto de vista de seus participantes. Dessa forma, as informações foram colhidas através de metodologia qualitativa, que possibilita o estudo de fenômenos sociais na sua condição natural, favorecendo a compreensão de significados reais das ações do programa. A metodologia de pesquisa qualitativa favorece ainda que haja aprofundamento no grupo social estudado, aproximando o pesquisador dos anseios e desejos dos participantes da pesquisa.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com participantes do Programa Se Liga – regional Belo Horizonte e Região Metropolitana – de forma que estas eram semiestruturadas e focalizadas. Esta característica das entrevistas possibilitou ouvir os jovens relatarem sua experiência de participação no programa.

Para isto foi estabelecido um roteiro com perguntas principais amplas e subperguntas que auxiliaram na coleta de dados mais detalhados, quando necessário. É interessante considerarmos que

(...) para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada '[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]' além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152 in MANZINI, 2004, p.2).

Assim, a partir do roteiro elaborado, pretendeu-se lançar questionamentos básicos, referentes a como os participantes tiveram acesso ao programa, se houve fatores que beneficiaram ou dificultaram este acesso, como se dá a participação no programa e as expectativas sobre o Se Liga. Foi dada ainda ênfase aos eixos do programa utilizados pelos jovens – se conheciam os eixos e se já haviam utilizado. Podemos apontar ainda, sobre o roteiro que

(...) para Manzini (1990/1991, p. 154), a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas (MANZINI, 2004, p. 2).

A entrevista semiestruturada possibilitou, por conseguinte, a descrição do processo de inserção e participação dos jovens no programa, fornecendo elementos indicativos da interpretação destes sobre as propostas do Se Liga através do alcance da subjetividade.

Foram realizadas 9 entrevistas com jovens participante na sede do programa Se Liga BH, consistindo os entrevistados de 2 jovens do sexo feminino e 7 jovens do sexo masculino. Quanto ao tipo de MSE, 3 jovens haviam cumprido MSE de semiliberdade e 6 cumpriram MSE de internação.

Os entrevistados compareceram a sede do programa para suas atividades e foram abordados pela entrevistadora com o convite de responder a algumas questões sobre o Se Liga, a fim de compor este trabalho. Foram realizadas 12 abordagens e destas, 9 jovens consentiram em participar respondendo às perguntas.

Os jovens entrevistados preenchiam o critério pré-definido de idade. Para responder à entrevista, deveriam compor a faixa etária determinada entre 18 e 20 anos. A escolha dos jovens dentro da faixa etária de 18 a 20 anos foi o primeiro recorte dentro do universo de

pesquisa e deveu-se a legalidade da coleta das informações, de forma que, sendo estes maiores, poderiam escolher ou não participar da entrevista, mediante assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO I), e serem responsáveis por suas respostas, sem necessitar, para a coleta, a autorização de responsáveis, o que poderia demandar esforço e tempo excessivos. Além disso, boa parte dos jovens participantes se insere nessa faixa etária. Adequavam-se também ao tempo de participação no programa pré-estabelecido pela pesquisadora – estavam participantes do programa há pelo menos 4 meses. Este segundo recorte justifica-se pelo fato de que a permanência mínima no programa de 4 meses poderia garantir alguma bagagem de experiências junto ao Se Liga e, por conseguinte, a obtenção de dados mais consistentes.

Conforme pode-se verificar no roteiro de entrevista (ANEXO II) foi solicitado a estes jovens uma avaliação geral do Se Liga, abordando pontos referentes ao primeiro contato com o programa, a adesão e a participação. Foram abordados ainda todos os eixos do programa, no que se refere ao conhecimento, acesso e utilização destes. Por fim, os jovens, tiveram a oportunidade de opinar sobre o programa, dentro da autoridade que lhes concerne por serem público alvo desta ferramenta de apoio e acompanhamento, elencando pontos positivos e pontos negativos.

5. ANÁLISE DE DADOS

Durante a construção deste trabalho e frente a realidade diária de atuação junto ao Se Liga, foram-se proliferando ideias sobre o programa que poderiam ser investigadas. As entrevistas realizadas com os jovens participantes desempenharam o papel fundamental de verificar tais apontamentos.

Conforme exposto no item acima que trata especificamente do Se Liga, o Programa inicia suas ações junto ao público alvo ainda nas unidades socioeducativas de semiliberdade e internação. Através de atividades grupais lúdicas, dinâmicas de grupo e apresentações, os técnicos do Programa estabelecem os primeiros contatos com os adolescentes ainda acautelados na unidade socioeducativa. As atividades do Se Liga durante a MSE podem ser de 3 tipos: de apresentação do programa, sobre o mercado de trabalho e de geração de renda. Em muitas ocasiões ainda, o adolescente em processo de desligamento da MSE é encaminhado a atendimento individual com o técnico do Se Liga, podendo ser este atendimento na unidade socioeducativa, mas preferencialmente na sede do Programa para estreitar vínculos, orientar o jovem quanto a localização da sede e fortalecer laços entre adolescente e técnico Se Liga.

Frente e estas estratégias metodológicas de aproximação, apontava-se para a inferência de que todos os adolescentes obtinham o primeiro contato com o Se Liga ainda durante a MSE. Este fato pode ser comprovado nas 9 entrevistas realizadas para esta pesquisa. Quando questionados sobre como souberam da existência do programa, todos os entrevistados afirmaram ter conhecido na unidade socioeducativa, através de atividades realizadas pelos técnicos do Se Liga:

“Porque eu estava acautelado, cumprindo medida no socioeducativo, aí eles foi lá e perguntou os pessoal quem que interessa participar do programa quando sair da unidade, se quiser frequentar o programa. Mas só que num é obrigado, aí eu fui e saí de lá e dei uma passada aqui” (TO).

“A técnica foi lá na semi, era a EL, mas antes dela foi outra, que não sei o nome, uma loirinha, a AN, ela ia conversava com nós e eu gostava. Eu gostava. Eu sempre participava. Era, eles, ensinava como se chegar num emprego, como conversar na entrevista, como escolher um bom emprego, cursos, esse negócios, assunto mais adultos” (KN).

“Foi por, através de divulgação né, mesmo, do próprio projeto, teve visitando lá a unidade, e tal, e falando do projeto, apresentando o quê que o projeto tinha, pra poder tá favorecendo os adolescentes, depois que saísse do socioeducativo” (TG).

“Pelas psicólogas mesmo do programa, foi lá no, tipo assim, eu tava de internação né? O programa, ele atende só quem já tomou medida socioeducativa como semiliberdade e internação. Aí a partir disso aí que eu conheci o programa, pra quando eu saísse da internação eu num ficasse sem apoio nenhum entendeu? Aí o programa é nesse sentido mesmo, pra tá ajudando o adolescente que sai da internação, dando oportunidade de emprego, dando oportunidade de curso, entendeu?” (ES).

“Porque quando eu tava lá no São Jerônimo, aí foi dois rapaz, que eu acho que era... acho que foi o Gustavo e... eu esqueço o nome dela... a Joyce, eu acho. Eles foi lá, falar um pouco do Se Liga para a gente, aí deixou o papelzinho e falou assim, que quando a gente saísse, a gente tivesse interesse de participar... aí passou um tempo eu saí. Aí primeiro dia num deu tempo de eu vim cá, porque eu saí num sábado. Aí quando foi na segunda feira eu fui e vim cá aí comecei a participar do programa, toda semana” (IA).

“Olha, eu fiquei sabendo através da semiliberdade. Eu cumpria semiliberdade e o pessoal do Se Liga, eles ia lá de 15 em 15 dias, ou era de mês em mês, pra tá trabalhando com gente com atividades lá dentro da Semi, entendeu? Me informaram, perguntaram se eu queria participar, eu aceitei e to até hoje, já vai fazer um ano” (RN).

“Eu estava cumprindo medida... Como é que é? Socioeducativa, né? Aí o programa foi até lá, e eu fiquei sabendo lá, na semi. Eles foram lá, explicou tudo como que era, eu fui e me interessei em fazer. Depois que eu saí eu vim e fiz” (JN).

Um dos jovens também relata ter obtido informação sobre o Se Liga através de uma técnica do centro de internação *“foi no socioeducativo, que eles passaram, uma técnica da unidade*

(socioeducativa) que passou a informação e depois falou com a FN (técnica do Se Liga aqui)” (JE). Aconteceu ainda de um jovem relatar que não considerou positivo profissionais da própria unidade socioeducativa falarem sobre o Se Liga:

“Porque dependendo da pessoa, vamos supor, igual, eu to lá, pá, na medida né, porque eles fala que você tá acautelado, mas é só na teoria, porque tá é preso mesmo, aí vem um agente que é mó ‘escama’ e vem falar comigo de programa Se Liga? Quê que isso vai surgir efeito para mim? Um cara que já to pro fim dele. Aí eu to querendo um trem de desligamento, to querendo um trem de negócio. Aí a técnica (da unidade socioeducativa) vem falar comigo de Se Liga? Num atendimento que eu to querendo falar da minha família, que eu to querendo é ir embora de lá (da unidade socioeducativa). Eu vou prestar atenção naquilo dali? Depende de quem vai trazer aquilo para mim, entendeu?” (FE).

Nesta fala o jovem aponta que a relação estabelecida com os profissionais da unidade socioeducativa é de ordem bastante diferente do que espera-se da relação com o Se Liga e seus técnicos. A condição de imposição de uma medida socioeducativa de privação de liberdade interfere no estabelecimento do laço social ocasionando tensões outras que precisam ser suportadas pelos jovens. Os agentes socioeducativos bem como a equipe técnica da unidade constituem, naquele momento, o outro no qual o adolescente pretende ser reconhecido, mas sua condição de invisibilidade não necessariamente estará superada. Os conflitos individuais alcançam o nível das ações e do direcionamento dos desejos. Assim, ouvir o convite através dos profissionais do sistema socioeducativo pode ter influência negativa em seu interesse em participar do programa.

Ainda sobre a atuação do Se Liga durante o acautelamento, os jovens apontam como sendo positiva, pois entendem que, durante a MSE tudo aquilo que pode contribuir para passar o tempo e pensar em coisas diferentes tem valor, como aponta o trecho abaixo:

“Particpei também da oficina de mosaico na unidade que o Se Liga que fazia. Sempre também o pessoal daqui passa uns vídeos, fazia umas dinâmicas. Foi positivo porque ajudou em muitas coisas, porque eu acho que todo adolescente precisa assim de muitas atividades, esporte, assim, o que eles estão precisando assim de melhor é isso. Esses negócios de atividade é muito bom. Ocupa o pensamento” (JE).

Outro objeto avaliado por este trabalho diz respeito aos fatores que seriam elencados pelos jovens como principais motivadores para participação no Se Liga. A suspeita inicial era de que seriam os eixos da profissionalização – comumente citada pelos jovens como “fazer curso” – e do trabalho e renda.

“Porque eu vi que era uma coisa que queria me ajudar, num ia me prejudicar em nada, por isso eu vim. Me chamou atenção a questão de trabalho e curso” (KN).

“O principal para mim foi o mercado de trabalho” (TG).

“O que tivesse na possibilidade do programa fornecer, um emprego ou senão um curso” (ES).

“Porque minha mente ela é meio estranha, assim, tá ligado? Se eu ficar parado demais... Foi pra eu num ficar parado mesmo, e porque eu saí de lá (referindo-se ao CSEJU) fazendo um curso de teatro no Plug Minas aí a Joyce tava sempre acompanhando. Eu já sai de lá com esse ritmo por causa do curso, aí eu vinha aqui, ia no curso. Aí minha tia também pedia pra mim vim. (...) Eu vim também porque eu tava com interesse de fazer um curso de espanhol” (FE).

“Porque quando eles ia lá conversar com a gente eles falava que eles ajudava a gente muito, igual ne oportunidade de emprego, esses coisas. Aí eu achei interessante, pensei ‘quem sabe eu saio daqui, saio dessa vida e arrumo um serviço’. Mas no começo eu achava que era tipo um “lero-lero” achava que num ia arrumar serviço. Aí eu fui ficando e arrumei. E também porque eles conversa muito, tipo um psicólogo pra gente, igual o Gustavo, eu confio nele demais. Eu conversava com ele umas coisas que eu num tinha coragem de conversar com a minha mãe. Eu falava com ele, conversava com ele” (IA).

“O que mais eu interessei foi pelos cursos, pela escola. Procura de trabalho também” (RN).

“Veio eu e minha mãe (ao Se Liga), a primeira vez, um mês assim depois que eu saí (da unidade socioeducativa). Por causa de curso e trabalho. Mais pelos cursos” (JN).

Frente as respostas obtidas, pode-se dizer que a ideia inicial de que os pontos atrativos do Programa Se Liga – profissionalização e trabalho e renda – para o primeiro contato do jovem cuja MSE foi concluída, se confirma, pois 7 dos 9 jovens questionados sobre o porque do interesse inicial de participação responderam que a possibilidade de conseguir realizar um curso ou obter ajuda para buscar um emprego foi fato determinante em suas escolha por participar. Contudo, é interessante ressaltar, que quando os jovens foram questionados sobre o que consideravam como sendo o ponto mais positivo do programa, o que apontavam como o fator mais importante do Se Liga em suas vidas, as respostas passam distantes dos eixos mencionados.

Para os entrevistados, o ponto mais positivo do Se Liga tange o tratamento ministrado dos profissionais do programa para com o público alvo, sendo que a maioria utilizou-se de jargão popular para explicar a relação com os profissionais da equipe Se Liga que se dá “de igual para igual”, de cuidado, de interesse pela vida e cotidiano do outro. Apontam também a oportunidade de novas vivências, sejam elas de lazer, de trabalho, de acesso ou de escuta.

“Porque cá fora num ia ter ninguém pra me dar um apoio não, num ia ter ninguém pra me dar apoio aqui fora não, então eu tinha apoio no programa. (...)Venho mais aqui pra fazer intervenção com as meninas, as meninas é tipo umas psicólogas para mim, isso é o que eu mais gosto” (TO).

“Me ajuda muito, minha cabeça, assim, melhorou muito.(...) Conversa muito comigo, me dá muito conselho. (...) Do fato de eu ter passado muito coisa assim, do jeito delas me tratar, me ajudou muito e até eu gostei dessa área assim de mexer com adolescente. (...)O mais legal daqui é a educação deles, eles são muito educados. Porque quando você chega num atendimento e a pessoa é mal educada, te trata com a cara fechada, ninguém gosta. Aqui chega educado, cumprimenta a gente e traz alegria né, porque eu num gosto que me atende gente com cara de deboche de sem vontade. Aqui nó, já parece que é uma família, eu sinto eles igual parente, quando saio sinto até falta” (JE).

“O trabalho em si é bacana, igualzinho ajuda muitos jovens, inclusive já ajudou a mim mesmo, a tá, igual, no mercado de trabalho, cursos, que hoje em dia o que mais conta num é só estudo não, você ter um curso, tem que ter alguma coisa pra complementar seu currículo ali, se não num dá não né, e aqui eles ajuda isso. A questão de lazer também é bom, porque as vezes a pessoa, igual, eu mesmo estive lá com os adolescentes lá e tal, adolescente que nu, mora nuns lugar que num tem nem como, num proporciona, num tem como proporcionar um lazer entendeu? E o Se Liga tava em busca disso, pra ajudar os adolescentes. Eu acho que o trabalho é super bacana. É os mínimos detalhes que os adolescentes vê” (TG).

“O mais legal mesmo, assim, é as psicólogas correndo atrás, entendeu? E eu indo lá, entregando os currículos, mesmo sabendo que eu não conseguia, as psicólogas acredita que eu vou conseguir. Esse é o ponto mais positivo, porque eles nunca aqui desiste, sempre perseverante, né? Tipo assim, eu tento um emprego aqui, entreguei um currículo, aí eles não me retornou, não me ligou pra dar a resposta, aí nos passa pra frente, até conseguir um” (ES).

“Eu acho que é o tratamento, né? Que aqui é de igual para igual” (FE).

“A oportunidade que eles dá pra gente mudar, né? É isso que eu acho o mais importante. Para eles lá, na unidade acho que eles nem preocupa com a gente. Aqui eles já preocupa. Eu acho que o programa preocupa com a gente. Igual o Gustavo preocupava comigo, pra procurar serviço, essas coisas. Oportunidade de mudar, né?” (IA).

“Olha, tipo, eu acho o jeito de todo mundo te tratar sabe... Todo mundo te trata sem tiver como... tipo como eu, eu saí da semiliberdade, para a sociedade eu era praticamente um criminoso. Eu cheguei aqui e todo mundo me recebeu com braços abertos. Eu acho que o jeito deles tratar o adolescente é super diferente” (RN).

Pelas falas acima selecionadas, fica evidente que, para os participantes, o Se Liga foge da lógica da invisibilidade. Neste lugar, o laço social estabelecido é de reconhecimento e dessa vez, não pelo ato infracional, mas pelo reconhecimento do sujeito enquanto munido de direitos e de capacidades. Eles se fazem compreender pelo discurso bem como compreendem o que lhes é destinado. Ainda referindo aos pontos positivos do programa, um dos jovens destaca que, mais importante do que o incentivo a fazer cursos e conseguir trabalho é a

possibilidade de propiciar aos participantes o distanciamento do uso de substâncias ilícitas e do envolvimento com a criminalidade:

“De melhor que eu acho tanto pra mim quanto pros outros jovens que tá lá preso também, que é uma oportunidade e um incentivo grande pra eles largar as drogas. Incentiva eles a trabalhar, incentiva a fazer o curso, aí nisso vai ocupar o tempo deles e eles num vai ter tempo de vender droga, num vai ter tempo de fazer as coisas erradas. Aí ocupa o tempo deles e influencia eles a fazer outras coisas sem cometer ato criminal. Porque vocês num tem esse objetivo, ou as vezes algum aí tem, mas nem todos né, o objetivo da maioria é o que? Incentivar o jovem a trabalhar e fazer cursos. Outros já vem com o incentivo do que? Dos jovens fazer o curso, trabalhar e também largar o vício através do programa” (KN).

Outro ponto avaliado neste trabalho referiu-se a possibilidade de que os jovens sentir-se-iam inibidos a virem as primeiras vezes ao programa. Este apontamento não foi encontrado nas entrevistas, pois nenhum jovem destacou pontos dificultadores para dar início na participação. Exceto no que tange a distância do programa de suas residências, a falta de dinheiro para o transporte para chegar ao programa a primeira vez (pois a partir de então o programa fornecerá os vales para este deslocamento, isentando o participante do gasto) e da dificuldade de circular pela cidade.

“Tipo que eu falava assim ‘vou arrumar um dinheiro e vou aí’. Mas eu nunca ia. Porque tipo, eu num tava trabalhando e num tava mais arrumando dinheiro fácil. Aí minha mãe me ajudou e eu fui e comecei a vim. Eles começou a me dar vales pra mim voltar” (JN).

Já os aspectos facilitadores do acesso aos Se Liga, se aproximaram em algumas respostas no que diz respeito a já conhecer o técnico de referência de Se Liga antes do desligamento da MSE. E demonstraram questões bem subjetivas e individuais em outras:

“Ajuda mais já conhecer a técnica (do Se Liga). Ela é muito comunicativa, e tal” (JN).

“Facilitou ter conhecido elas (técnicas do Se Liga) antes” (TO).

“Olha, pra mim foi fácil, como eu já conhecia os instrutores daqui (Se Liga), eu já cheguei, já fiz amizade rápido com o pessoal, entendeu? Pra mim foi tranquilo, não teve nenhuma dificuldade” (RN).

“Já conhecia o GO, a questão do trabalho, e gostava das atividades” (IA).

“Me deu vontade, porque é tipo um psicóloga, que conversa e dá uns conselhos e eu gosto muito, porque aí eu conto minhas coisas pra ela (técnica do Se Liga), quando eu to nervosa, meio triste, nervosa, eu gosto de soltar as coisas, eu comento com ela e ela me dá o conselho e eu fico bem” (JE).

“Sei lá, acho que o que o projeto tinha a oferecer, foi o ponto mais positivo” (TG).

“Que eu sempre fui acostumado a conversar com psicólogo, todo mundo entendeu? Onde que eu chego eu sei conversar, sei fazer amizade” (ES).

No momento em que foram questionados sobre os pontos negativos percebidos os entrevistados tiveram dificuldades em responder a esta pergunta. Frente a este resultado, pode-se inferir que, ter realizado as entrevistas no espaço do Programa Se Liga BH pode ter interferido na liberdade de proferir críticas ao programa:

“Vou querer falar não, pode ser assim mesmo... as meninas (técnicas do Se Liga) é muito gente boa, sabe conversar com os outros, sabe lidar com os outros. Pra mim, depois que a pessoa souber conversar com os outros e entender a pessoa, o lado da pessoa, pra mim é uma pessoa excelente” (TO).

“Até que não, tá tudo bom, sinto falta de nada não. Porque sempre quando ela (técnica do Se Liga) me atende ela pergunta ‘JE, você acha que eu to deixando alguma coisa a desejar, pode falar’ ela dá liberdade de falar o que a gente precisa, e se tá faltando alguma coisa ela dá liberdade de falar isso pra ela. Falta nada aqui não” (JE).

“Comigo foi tudo em cima. Sei falar disso não” (IA).

Ainda assim, frente a dificuldade de responder sobre os pontos negativos do programa, deve-se pontuar que, quando da elaboração do roteiro de entrevista, suspeitava-se de que os jovens apontariam como ponto negativo a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Este ponto, contudo, só foi citado por um entrevistado:

“Igual eu falava com elas (técnicas do Se Liga), que só o ruim é isso aí, que tem que melhorar. Porque você entrega, entrega currículo, eles chega lá e coloca na gaveta e esquece, se num tiver vaga, eles nem te liga não. E é por isso que eu to desempregado ainda, entendeu?” (ES).

Apesar das dificuldades que os demais possam ter identificado de se inserirem profissionalmente, este não foi um ponto levantado espontaneamente nas entrevistas. Já sobre forma como se dá a participação no Programa Se Liga, todos os jovens descreveram de forma semelhante sua rotina. Segundo eles, ela é composta pelos atendimentos, confecção e atualização de currículo, encaminhamentos para serviços, atividades demandadas e mercado

de trabalho, recebimento de convites para atividade de Lazer, Cultura e Esporte e, quando possível, participação nessas atividades. Isto corroborou parcialmente com o objeto pesquisado que dizia respeito a participação dos jovens se constituindo, prioritariamente, em atendimentos e ações voltadas para o mercado de trabalho. Através das entrevistas, pode-se constatar que, de acordo com a particularidade de cada adolescente, a participação no programa é construída – e se modifica – dentro do mesmo cenário de possibilidade e a ênfase a cada eixo é destacada dentro das necessidades individuais. Um exemplo interessante das particularidades no uso e participação do programa é do jovem TO que prescinde das ações do Se Liga para dar continuidade e buscar efetivação de tratamento de saúde – cirurgia oftalmológica para correção de estrabismo acentuado – e que, na ausência da família imersa em vulnerabilidades sociais complexas, encontra no Se Liga o apoio necessário:

“(...) eu to fazendo um negócio aí... Mas só que elas que me ajuda, entendeu? Porque eu faço, eu consulto, nesse hospital aqui... No alto da Afonso Pena, lá em cima, esse hospital que tem aqui, lá na praça do Papa, de mexer com olho, aí várias vezes de lá eles me encaminha para altos lugar, que eu nem sei o endereço, num sei o lugar, aí eu venho aqui e peço para elas pesquisar para mim. Me ajuda a chegar e me dá o cartão de passagem, porque eu não tenho dinheiro, aí elas (técnicas do Se Liga) me ajuda. Foi o pessoal da unidade que me encaminhou primeiro e eu to continuando. Já tem mais de 3 anos que eu to olhando esse trem sô, to aguardando uma cirurgia, tem mais de 3 anos... Eu fiquei lá no CEAD lá, 1 ano e 8 meses, já saí, do tempo que saí até hoje já vai inteirar o que? Tempão aí, e esse pessoal fica garrando aí... Quando precisa de ir uma (técnicas do Se Liga), que nem uma vez precisou de ir uma lá comigo, porque eu era de menor, aí ela foi comigo, uma que trabalha aqui, uma moreninha, esqueci o nome dela... Aí ela foi comigo. A CL também já foi comigo, lá, a primeira vez eu acho que foi a CL que foi, porque tinha que fazer um cadastro, entendeu, porque eu era de menor, aí a CL que foi comigo.” (TO)

Nesta fala acima, o jovem fala especificamente do eixo do Programa que se refere ao acesso a Saúde. No que tange aos eixos do programa, todos os adolescentes afirmaram conhecer os 6 eixos, e fazerem uso daqueles que lhes interessa. Há uma distribuição bastante uniforme de utilização de eixos, com uma predominância para os eixos Profissionalização e Trabalho e Renda. Este fato corrobora com um dos objetos investigados já citados neste trabalho de que seriam estes os eixos mais utilizados pelos participantes. Embora num primeiro momento imaginou-se que os jovens desconhecêssem o eixo de Saúde e fizessem uso nenhum deste, o eixo Saúde é conhecido por todos e já foi ou vem sendo utilizado por parte dos entrevistados.

Com relação a outro eixo, Educação, inicialmente considerou-se que houvesse desinteresse na educação formal por parte dos jovens participantes, ponto que foi parcialmente confirmado. É de conhecimento de todos os entrevistados as ações do Se Liga

neste eixo, contudo, a escolha pelo trabalho supera a inserção escolar, sendo que alguns expõem, com clareza, a dificuldade de fazer ambas as coisas, ao mesmo tempo:

“Por isso que eu queria ir num lugar que eu tava estudando e recebendo uma bolsa, nem tanto pelo dinheiro, mas eu ia tá estudando, num ia tá prejudicado, e ia ter um dinheiro. Eu tenho uma filha, já tem 3 anos já, e mora com a mãe dela, eu moro com outra mulher. Por enquanto eu num to conseguindo contribuir com as despesas dela não né, igual eu falei. (...) Eu matriculei lá no CESEC, mas num dei continuidade por causa disso que eu já falei com você, que eu tava fazendo o curso de tarde, e de noite eu tava indo pro CESEC. Só que começou a dificultar, porque eu tenho filho e tudo... Eu tava morando com minha tia, num tinha minha casa, aí vai apertando, tinha que arrumar uma coisa pra mim fazer que desse dinheiro” (FE).

Assim, dos jovens entrevistados, uma pequena parte deu continuidade aos estudos após o desligamento da MSE. Destes, alguns conseguiram matricular-se contando com o apoio familiar e outro demandou esta ação ao Se Liga. Os demais relatam que tem interesse em retomar os estudos, e alguns já estão providenciando meios para efetivar esta ação.

“Eles me perguntaram e tal, como que ia ser a questão da escola. Eu optei, tipo, igual, foi ano passado que aconteceu o fato de eu ter saído, aí eu optei por dar um tempo, entendeu? Agora, esse ano agora que eu vou começar de novo, lá, a estudar. Eu parei no 1º ano do segundo grau e vou terminar esse ano. Eu consegui uma vaga pra eu estudar lá no Santo Agostinho, mas só que é supletivo, mas é uma boa, eu vou fazer. Mas aqui o pessoal do Se liga me deram apoio nessa questão do estudo, mas foi eu mesmo que optei, foi opção minha, sabe? Aí, quê que aconteceu, é, mas eles correram atrás de tudo, meu histórico tava lá em Divinópolis, eles correram, ligaram, chegou rapidinho aqui pra mim. Já até conversei com o patrão lá, sobre essa questão” (TG).

No que se refere a participação no eixo Família, os apontamentos eram na direção de que muitos familiares seriam incluídos no programa, para se beneficiarem da possibilidade de encaminhamentos, o que não se comprovou nas entrevistas. Todos os jovens entrevistados relataram saber das possibilidades de atuação do Se Liga junto de seus familiares, porém, apenas os familiares de ES utilizaram o programa:

“A minha mãe sempre participou, ela já fez um curso de salgados aqui (através de encaminhamento e financiamento do Se Liga), fez um de tapetes. Meu irmão pequenininho também, eles (técnicos do Se Liga) arrumou uma escolinha de futebol para ele. Depois ele ficou um tempo e num quis ir mais não... acho que desistiu (da aula de futebol), né?” (ES).

Embora possam trazer consigo seus parentes, este não é um movimento prioritário entre os jovens. Reconhecem o Se Liga como o espaço em que são acolhidos e compreendidos, como espaço de apoio e efetivação de ações, mas não envolvem seus pares nesta relação. Pensando na teoria da sociabilidade violenta, talvez seja possível inferir que, neste caso, os jovens

preferiram deter o poder materializado na participação, podendo ser reconhecido como diferente dos demais familiares e por conseguinte, estando em posição superior, ou simplesmente diferenciada, as estes. Entre as justificativas para a não utilização do Programa por parte dos familiares, surge o trabalho como dificultador no que se refere ao tempo disponível para realização de atendimentos e efetivação de encaminhamentos (para cursos e serviços, por exemplo), a estabilidade em área profissional, aposentadoria, e desinteresse explícito dos jovens em envolver a família no programa.

“Ele (técnico do Se Liga) me perguntou, se tinha alguém que queria fazer curso. Só que meus irmão tudo, os dois são mecânico, eles trabalha... Já tão na profissão de mecânico, igual eu queria... Mas agora eu gostei de ser açougueira” (IA).

“Eu sempre soube desde o primeiro momento, a EL (técnica do Se Liga) me explicou que eles (familiares) poderiam tá utilizando e tal, pra curso, trabalho também, entendeu? Mas num precisou não... Olha, minha mãe já é aposentada, minha irmã trabalha já... Não precisou”(RN).

“Eu quis muito, mas acabou que todo mundo começou a trabalhar também. Minha irmã tá na padaria, minha outra irmã trabalha em casa... Doméstica. Minha mãe também trabalha, meu padrasto. Minha irmã até ia vim comigo, ela tentou, mas na semana que ela ia vim, começou a trabalhar e num saiu até hoje. Porque ela pega de manhã até 18 horas” (JN).

“Eu sabia que podia, mas o pessoal não precisou. Mas sabia desde o começo” (TG).

“Não, porque eu num tenho muito ligamento com família” (FE).

“Ninguém da família participa do Se Liga porque num precisa... Eu num converso... Só mora eu minha mãe e padrasto. Minha irmã mais velha é casada, então fica só nós três. Como meu padrasto já é aposentado, fica mais quietinho, aí fica só eu mesmo. Meus primos lá... Eu amo minha família, mas num gosto de envolver não, porque rola muita conversa. Eu sei que eles pode vim, mas fica só eu mesmo. Ela (referindo-se a técnica do Se Liga) já me falou que pode encaminhar pras vagas de trabalho também, me avisou tudo” (JE).

“Eles (familiares) não participa, é porque eu num quero. Não, né porque eu num quero não, é porque eles num quer. E eu também num dou muito bem com minha família não sô, principalmente com minha mãe e meu pai. Eu num quero nem conversar sobre esse pessoal” (TO).

Especialmente nas falas em que fica explícito o não desejo de envolvimento dos familiares com o Programa é que podemos perceber a lógica da sociabilidade violenta intrínseca a estes jovens, que vislumbram no Se Liga uma possibilidade de se libertarem dessa condição, a começar por distanciar, minimamente, da origem das ações violentas em suas vidas. Este

último fator, referente a fragilidade dos laços familiares, aponta para abordagem cuidadosa que deve ser feita deste tema junto aos jovens. Insistir na participação familiar pode afastar os jovens do programa, uma vez que, a família pode não ser uma referência estabelecida como positiva para ele. Indica ainda que frente a esta questão faz-se importante pensar estratégias de intervenção que considerem o fortalecimento dos laços familiares ou o trabalho de fortalecimento e ampliação da auto-estima do jovem, para que consiga superar os desafios da vida sem o apoio familiar, quando for este o caso.

No que se refere ao eixo de Lazer, Cultura e Esporte, a maioria dos jovens considera importante, gosta e se identifica com as atividades propostas, deixando de participar, principalmente, devido ao horário de trabalho, como relata um participante *“nunca fui nessas atividades porque sempre eu to trabalhando”* (KN). Assim, é baixa adesão às propostas de atividades. Dos jovens entrevistados, apenas um relatou que não gosta das propostas e está focado em outras questões, por isso escolhe não participar:

“Várias vezes tem atividade, eles (técnicos do Se Liga) me chama, mas só que eu num vou não. Já falei com eles que eu num gosto não. A maioria das atividades que eles aparece aí eu num gosto muito de fazer, vou fala a verdade para você... Só de vez em quando... Mas num gosto não. Já to com minha cabeça em outro lugar, querendo arrumar um serviço pra mim, entendeu? num to mais com minha cabeça nesses negócios não, nesses lugar de diversão não... eu já to de maior já sô...” (TO).

Em contraposição, outro jovem aponta novamente o eixo Lazer, Cultura e Esporte como uma possibilidade de acesso ao novo, ao desconhecido:

“Já fui umas duas vezes. Foi na Vale Verde que eu fui uma vez e no boliche que eles (técnicos do Se Liga) me convidou esses dias para trás. Acho bacana. Tipo a do Vale Verde, vou ser sincero, eu num gostei não, andei muito e tenho um problema na perna, esses negócios que tem que andar muito pra mim... Num gostei muito não. Mas a do boliche eu achei bacana, diferente, eu nunca tinha jogado. (...) Igual, no meu caso, muitas das vezes é o lugar, a da Vale Verde não pode falar que foi ruim. Eu aprendi muito, conheci muita coisa. Igual, no meu caso assim, com 20 anos de idade quase, eu não conheço nada, é tipo uma criança. Porque a gente vive muito limitado, num meio só, entendeu? Tem um vínculo de fazer uma atividade só. No meu caso é. Coisa de ficar tipo, 5 meses, num triângulo de uns beco só. Eu já fiquei 4 meses lá dentro, de chegar a pedir alguém pra comprar as coisas pra você. Chegar e os outros fazer tudo pra você. Você mesmo começa a ficar com medo de sair, você pensa ‘daquele lado ali eu num posso passar não’. Isso daí você bota na cabeça e não sai mais” (FE).

Por fim, a entrevista teve como finalidade saber se objetivos traçados pelos jovens ao chegar ao Se Liga e o alcance destes, até a presente data.

“ Eu queria trabalho e curso. Através do curso eu ia conseguir o trabalho. Mas o principal que eu larguei o vício. Depende do que você usa... Maconha atrapalha, mas depende da área que você trabalha, mas eu num quis mais nada de droga não, nem quero ” (KN).

“Trabalhar e estudar era meu objetivo. Falta alcançar o estudo ” (JE).

“Conseguir um emprego ou senão um curso. Ainda não alcancei. Ainda não alcancei definitivamente, porque consegui um emprego, mas num fiquei ” (ES).

“Não alcancei objetivo nenhum, até mesmo porque minhas opiniões mudam muito, entendeu? Meu pensamento era um foco quando eu cheguei, agora já é outro. Então num dá pra saber, num dá pra eu explicar ” (FE).

“A coisa que eu mais queria era serviço, e o Se Liga que me ajudou ” (IA).

“Era o curso (de bombeiro civil), eu já saí da Semi querendo esse curso. Aí cheguei e falei com a EL, ‘preciso desse curso’. Ela pegou a arrumou para mim. E o trabalho, consegui também ” (RN).

Estes exemplos de resposta demonstram a particularidade de cada jovem frente aos desafios impostos pela realidade para alcançar aquilo que se deseja. Ainda assim, elas apontam que os jovens compreendem as ações do Se Liga, e os objetivos traçados não se distanciam das propostas do Programa.

O encerramento da entrevista se fez com comentários e opiniões livres por parte dos jovens. Nestas respostas, algumas merecem destaque, pois indicam a importância de um programa de apoio e acompanhamento aos jovens egressos de MSE de restrição e privação de liberdade:

“O mais importante é ouvir mais os jovens, que nem um pai. Se o pai dá atenção e conversa com o filho, o filho vai ser obediente, agora se o pai num dá mais atenção pro filho quê que ele vai fazer? Ser desobediente. (...) Porque se as pessoas entender que verdadeiramente você quer ajudar elas, ela vai pegar confiança em você, mas agora se ela vê que você tá ali para iludir ela, num vai confiar. A técnica que me atende quer me ajudar, porque desde que eu to aqui, até hoje, sempre conversou comigo com sinceridade, dá atenção. Mesma coisa, tem dia, que eu nem pergunto nada de curso, mas eles chega e fala assim, ‘tem um curso aqui, se você quiser fazer’, ‘tem um emprego’, oferecem demonstrando que tá preocupado com a gente. Mesma coisa é o jovem que tem que demonstrar interesse, num é ficar puxando o jovem, ele tem que andar com as próprias pernas ” (KN).

“Eu converso com eles, como se eu tivesse conversando com um parente meu, um familiar meu. Até mais que minha mãe, porque minha mãe nem me dá essa atenção que as psicólogas aqui dá, entendeu? É tanto que eles conversa comigo, eles pergunta se eu to bem, se minha mãe tá bem, se minha família tá bem, quer dizer então, que o programa se preocupa comigo, entendeu? E com qualquer adolescente aqui. Esse é um ponto positivo ” (ES).

Nestas duas citações os jovens apontam lugares que o programa ocupa em suas vidas: preocupação e cuidado. No Se Liga KN e ES sentem-se cuidados e queridos. São visíveis aos outros, sentem-se reconhecidos e fazem parte de algo maior. Deixam de ser apenas mais um jovem pobre e desprovido de oportunidade, como querem os estigmas sociais. O laço social se mantém na tensão adequada: conseguem satisfazer parte de seus desejos, que dizem respeito a socialização e reconhecimento e tem a possibilidade de renunciar as pulsões reproduzidas dentro da lógica de violência urbana – o poder através da violência. Seus sentimentos são valorizados e levados em consideração para os atendimentos e estratégias subsequentes. ES, em outro momento, diz também que:

“O que eu acho importante também é os adolescentes colaborar aí, valorizar o programa, né? Porque antigamente não tinha esse apoio assim. E agora tem né? Porque muito adolescente também inventa desculpa. Fala ‘nó, eu to no crime, to fazendo isso, to roubando destruindo porque eu num tenho oportunidade de emprego ou de um curso’. Porque se você não tiver um emprego e você pelo menos, arrumar o curso você já tem alguma coisa já, né? Porque num basta só você arrumar o emprego e não saber trabalhar, né não? Você te que ter o curso pra se preparar” (ES).

Nesta parte o jovem reflete de forma interessante, levantando dois aspectos do Se Liga: a abertura de um mundo de possibilidades para além do ato infracional e a importância da qualificação profissional .

“Então eu falo com minha mãe que a minha vida assim, tem um tanto de coisa errada que eu fiz, mas agora eu posso ajudar as pessoas, porque eu gosto muito de ajudar, de conversar. Aprendi muito aqui (referindo-se ao Se Liga) e com muitas pessoas né, a ser educada, a trocar ideia, a conversar, aí eu falo assim ‘aí mãe, se Deus quiser agora eu vou começar a trabalhar e vou estudar, pra mim mexer com adolescente, ou fazer um grupo, posso voltar até lá no socioeducativo e dar uma aula de dança pra elas’, porque eu gosto muito de dançar” (JE).

Para JE, o programa ocupa o lugar de incentivador. A partir de sua vivência de participação a jovem vislumbra a possibilidade de retribuir o bem que lhe foi proporcionado, ajudando, conversando com as pessoas, principalmente com adolescentes.

“Eu venho aqui, exponho minhas dificuldades, falava que eu tava encontrando dificuldade aqui fora. Tem muita coisa, igualzinho eu, que cheguei aqui fora, e tava diferente, e tal, fui ganhando conhecimento através do Se Liga, né. Igualzinho, o GO me ajudou aí bastante. Tipo, bateu currículo aí pra mim, coisa que eu nem tinha noção e tal, de como fazia, ele me ajudou, me ensinou. Hoje eu sei, certinho. Aí me ajudou, igual eu tava ‘perdidáссо’ aqui no centro nos primeiros dias, a me localizar na cidade, me ajudou também nesse ponto aí. Agora a questão foi mais, que eu tava perdidão mesmo, tipo assim, como é que eu ia chegar? Como é que eu ia ser inserido no mercado de trabalho? e quem me mostrou a direção disso tudo foi o Se Liga aqui. O que mais me ajudou o que mais me favoreceu foi no mercado de trabalho” (TG).

Nesta citação, o jovem destaca a contribuição do Se Liga para enfrentar o mundo novo e diferente que o espera fora dos muros da unidade socioeducativa. Marca como desafio a circulação na cidade, seu enlace com os lugares e o desbravamento do mercado de trabalho. O mesmo aponta IA sobre o mundo do trabalho. As barreiras impostas ao primeiro emprego formal, em grande parte das vezes, pode ser o fator de desistência do jovem em permanecer distante da criminalidade. O acompanhamento do Se Liga fortalece a manutenção dos objetivos e potencializa as ações para a transposição destas barreiras:

“No começo tava até difícil de arrumar serviço, eu tava quase desistindo, igual eu te falei. Aí foi o GO falava ‘não, desiste não’, ficou conversando bastante comigo. Aí ele foi e marco entrevista lá no supermercado. Eu fui e eles foi e me chamou para trabalhar. Aí deu certo. Tinha acabado de fazer 18, passou um tempinho e eu consegui. Mas foi difícil, eu tava, nó... Eu ia desistir. Eu só num desisti porque o GO insistiu muito, conversou comigo. Mas também, eu acho que fui a única das meninas, que ficou até o final, que ele atendeu lá do São Jerônimo. Muitas meninas num voltou mais, outras foi presas. Foi igual meu caso, quase que eu desisti... aí deu tudo certo” (IA).

Por fim, a citação de RN aponta o alcance de um dos principais objetivos do programa: a prevenção à reincidência criminal. Conforme nos indica RN em sua fala *“eu só tenho a agradecer, porque depois que eu saí da Semi, o Se Liga me ajudou demais na minha vida. Teria sido tudo diferente. Eu estaria preso de novo. Aqui faz diferença demais” (RN).*

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho levantou pontos interessantes sobre o Programa Se Liga, em especial, sobre o que pensam seus participantes. Lembrando o Art. 94, inciso XVIII do ECA e sua previsão de programas e ações destinadas ao apoio e acompanhamento de egressos das MSE de semiliberdade e internação, pode-se inferir que o Se Liga alcança o propósito de apoiar e acompanhar estes jovens, segundo seus relatos nas entrevistas.

Um ponto fundamental que contribui para esta constatação é o reconhecimento dos jovens autores de atos infracionais como sujeito de direitos, munidos de quantidade expressiva de desejos e experiências. Assim, o Programa Se Liga aponta, pela fala dos entrevistados, que se legitima como política pública, pois para atuar na garantia de direitos e acessos, conta com a rede socioassistencial, mantendo enlaces fundamentais com a sociedade e a família.

No que tange mais especificamente a relação dos jovens inicialmente com a criminalidade e posteriormente com o Programa, fica evidente que a mudança da lógica da violência, para a descoberta do acolhimento e da visibilidade, se fazem imprescindíveis para a instituição de novo laço social e contribuem para que os egressos das MSE se repositonem dentro de sua história de vida e nas relações sociais. O ato infracional perde lugar para o reconhecimento nas relações interpessoais e o olhar do outro, não é mais de um outro que se impõe poderoso através da força da violência. Este outro, agora, tem consigo o olhar da confiança e dedicação, expressa através dos atendimentos e encaminhamentos. Ao apontarem como ponto mais positivo do programa o tratamento “de igual para igual”, efetivado principalmente nos atendimentos, os jovens apontam um norte para pesquisas subsequentes a essa que venham a ser realizadas. A particularização do atendimento do Programa Se Liga que baseada na metodologia de atuação não abre mão das particularidades de cada caso, contribuem para que o jovem sinta-se importante e valorizado.

A construção, aprimoramento e manutenção de políticas de atenção a juventude, mostra-se ferramenta importante para auxiliar esta parcela da população, que vive o momento determinante de suas vidas: a reconstrução, renomeação dos valores até então aprendidos, o posicionamento frente aos desafios e o estabelecimento de novas alternativas de vida, diferentes das apreendidas até então.

Frente a análise das entrevistas realizadas, o Programa Se Liga pareceu se posicionar, segundo a fala dos participantes, como a alavanca e o apoio. Ergue o mundo de escolhas e possibilita o sustento daquilo que o jovem consegue vislumbrar para si, sem, contudo, perder de vista que a participação é única, o que favorece a satisfação do público alvo. A participação em programa de acompanhamento e apoio se faz o caminho contrário ao da criminalização da juventude, pois abre portas até então desconhecidas e possibilita novos olhares e novos pontos de vista, tanto da sociedade quando dos jovens que já foram autores de atos infracionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R; ESTEVES, L. C. G. **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

ADORNO, Sérgio. **A experiência precoce da punição**. In: MARTINS, José de Souza (coord.). O massacre dos inocentes. A criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 4, Dec. 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 jul. 2012.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88391999000400007>

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da Infração Juvenil**. Prêmio ABRAPSO SUL. Porto Alegre: ABRAPSO, 2009.

BOLETIM SUASE. **Adolescentes que saíram do sistema socioeducativo têm apoio da SUASE**. Publicado em 04 nov. 2009. Disponível em <http://www.ijucimg.org.br/projetos/projeto_se_liga.pdf>. Acesso em 09 abr. 2010.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3ª Edição – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. Disponível em:
<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/182.pdf>

———. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Série B: textos básicos de saúde – Brasília, 2005.

———. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em:
<www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/.../pncfc.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2012.

———. Secretaria de Direitos Humanos. **Gangues, gênero e juventude: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br>

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional: A execução das medidas socioeducativas de internação – Programa Justiça ao Jovem**. 2012. Disponível em: www.cnj.jus.br

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FREUD, Sigmund. **Pulsões e destino da pulsão**. In: Obras Completas, Rio de Janeiro: Imago, 2004 (publicado originalmente em 1915).

HAGUETTE, Tereza Maria F. **A Entrevista**. In: Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987, cap VIII.

LACAN, Jacques. **O Seminário 5 – As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. (publicado originalmente em 1957-1958)

LÉON, Oscar D. **Adolescência e juventude: das noções às abordagens**. In: FREITAS, Maria Virgínia de. (Org.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa, São Paulo, SP, 2005. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>

LONDOÑO, Fernando T. **A origem do conceito de menor**. In: Del Priore, Mary. (Org.) História da criança no Brasil. 2ed. SP. Ed. Contexto, 1992.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, 2004, p. 53-84.

MACHADO DA SILVA, L. A. **Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas**. In: SILVA, I. (Coord.). Rio: a democracia vista de baixo. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p.33-44.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos, 2. A pesquisa qualitativa em debate. Anais USC. Bauru, SC, 2004. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf

MONTE, Franciela Félix de Carvalho et al . **Adolescentes autores de atos infracionais: psicologia moral e legislação**. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 23, n. 1, Apr. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000100014>.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Sociologia do Crime e do Desvio: uma revisão da literatura**. Novembro, 1983. Mimeo.

PASSETTI, Edson. **A Política Nacional de Bem-Estar do Menor**. Dissertação de Mestrado, PUC/SP,1982.

OLIVEIRA, M. B. & ASSIS, S. G. (1999). **Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”**. A perpetuação do descaso. Cadernos de Saúde Pública, 4(15), 831-844.

RUA, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In: CNPD. Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas. Brasília, 1998. 2 v.

SINASE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, 2006**. Disponível em: <http://www1.direitoshumanos.gov.br/sedh/.arquivos/.spdca/sinase_integra1.pdf>. Acesso em: 31 de julho de 2012.

SOARES, Luís Eduardo. **Juventude e violência no Brasil contemporâneo**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SPOSITO, Marília. **A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade**. *Tempo social*, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP. São Paulo, v. 5. N.1-2, p. 161-178, 1994.

SPOSITO, Marília.P; CARRANO, Paulo. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: LÉON, Oscar D. *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones, CIDPA, 2003. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-politicas-publicas-no-brasil>

SPOSITO, Marília Pontes (coord). **Juventude e Escolarização (1980/1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002. 221 p. (Estado do conhecimento, 7). In: SPÓSITO, Marília.P; CARRANO, Paulo. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. In: LÉON, Oscar D. *Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña del Mar: Ediciones, CIDPA, 2003. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-politicas-publicas-no-brasil>

SUASE, Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. **Metodologia do Programa Se Liga: programa de acompanhamento ao adolescente desligado das medidas socioeducativas de internação ou semiliberdade em Minas Gerais**. Governo de Minas, 2012.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro, Revan e UFRJ, 1994.

———. **Teleguiados e chefe: juventude e crime**. *Religião e Sociedade*. São Paulo, Centro de Estudos da Religião, v.15, n.1, 1990, p.54-67.

ANEXOS

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos convidando o(a) jovem _____ para participar da pesquisa intitulada “**ME LIGUEI, E DAÍ? Uma avaliação do Programa Se Liga sob o ponto de vista dos jovens participantes.**”, pesquisa de campo referente ao projeto de conclusão de curso na Especialização Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas – CECAPS/UFMG, desenvolvido por Gisele Lúcid Domingos Pereira, aluna da especialização mencionada. A pesquisa é orientada por Vinícius Couto.

O(a) jovem em questão aceita participar por vontade própria, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Foi informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é avaliar o programa Se Liga e seus eixos de atuação, bem como as ações desenvolvidas.

Os usos das informações oferecidas pelo(a) jovem estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, do **Comitê de Ética em Pesquisa (COEP)** da Universidade Federal de Minas Gerais, que visa proteger o bem-estar dos indivíduos participantes em pesquisas realizadas no âmbito da Universidade. Assim, as informações que coletarmos nesta pesquisa serão mantidas em sigilo. Qualquer informação sobre o(a) jovem que venha a ser citada no corpo do texto da monografia, será identificada através de um número ao invés de seu nome e somente os investigadores saberão a correspondência entre número e entrevistado, mantendo esta informação em total sigilo.

A colaboração do(a) jovem, que deverá possuir idade entre 18 e 20 anos completos, se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada, que terá cerca de 1 hora de duração, a ser gravada a partir da assinatura deste termo. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e sua orientadora. Este(a) jovem está sendo convidado a fazer parte nesta pesquisa pois encontra-se participante do Programa Se Liga há pelo menos 6 meses.

O desconforto que o jovem em algum momento venha a sentir pode ser o de compartilhar um pouco das informações pessoais sobre sua participação nas atividades do programa, ou algum outro tópico da entrevista. Porém, não desejamos que isto venha acontecer. O(a) jovem não terá que responder qualquer pergunta da entrevista caso sinta que esta é de cunho muito pessoal ou que lhe causa incômodo em falar.

Informamos que o(a) jovem poderá se retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para seu acompanhamento e sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Se o(a) jovem tiver qualquer pergunta, poderá perguntar agora, no decorrer da entrevista ou depois. Se desejar fazer perguntas depois, poderá contatar o orientador da pesquisa, Vinícius Couto, através do telefone 31-3409-6309 ou e-mail Vinicius@crisp.ufmg.br e a pesquisadora Gisele Lúcid Domingos Pereira, através do telefone 31- 3773-2087 ou e-mail gisalucid@yahoo.com.br.

Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) através do telefone 31-3409-4592 ou pessoalmente no endereço Av. Antônio Carlos, 6627, Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005, Campus UFMG Pampulha, Belo Horizonte/MG.

O(a) jovem confirma o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Belo Horizonte, ____ de _____ de ____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Assinatura do(a) testemunha(a): _____

ANEXO II

Roteiro de entrevista semiestruturada para pesquisa – Programa Se Liga

1- Como você soube da existência do Programa Se Liga? Conte-me um pouco a forma como você chegou ao programa.

*Por que você escolheu participar do programa?

2- Você teve alguma dificuldade para começar a participar do Se Liga? Qual(is)?

3- Teve alguma coisa que facilitou para você vir para o programa no começo? O que?

4- Como você participa do Se Liga? O que você faz no Se Liga?

5- Sobre os eixos do programa:

O PROGRAMA SE LIGA TEM O EIXO _____. Você sabia?

Você já usou? Como foi? Funcionou? Quais são os pontos positivos? E os negativos? Como você acha que poderia ser melhor?

*Profissionalização: Você foi encaminhado para algum curso? Frequentou? Concluiu? Qual sua opinião sobre o(s) curso(s) para o qual você foi encaminhado?

*Trabalho e renda: Você procurou por trabalho através do Se Liga? Como? Conseguiu realizar entrevistas de emprego? Conseguiu algum trabalho? Qual sua opinião sobre essas ações?

*Saúde: Você precisou de algum encaminhamento para tratamento de saúde? Como foi?

*Lazer, cultura e esporte: Você já foi convidado a participar de alguma atividade de lazer, cultura ou esporte? E você participou? De quais atividades? Você gostou?

*Educação: Atualmente você está frequentando escola? Você precisou do programa para conseguir vaga escolar? Como foi?

*Família: seus familiares já utilizaram ou estão utilizando de atividades e/ou ações do Programa Se Liga para alguma coisa? Para quê? O que você pensa sobre isso?

6- O que você acredita que o Programa Se Liga pode oferecer para você?

7- Você já alcançou aquilo que você queria quando chegou ao programa? Como foi?

8- No geral, o que você acha do Programa Se Liga? Qual é a sua opinião?

*Ponto mais positivo.

*Ponto mais negativo.

9- Você tem mais alguma coisa a dizer sobre o Se Liga?